



Dívida Pública:
Plano Anual de Financiamento
2001

Número 1

Brasília
Fevereiro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

EQUIPE TÉCNICA**Secretário-Adjunto**

Rubens Sardenberg

Coordenador-Geral de Operações da Dívida Pública

Paulo Fontoura Valle

Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública

Otavio Ladeira de Medeiros

Coordenador-Geral de Controle da Dívida Pública

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Adriano Pereira de Paula

César Almeida de Meneses Silva

Christiane Maranhão de Oliveira

Helena Mulim Venceslau

Jonathas Delduque Júnior

Manuel Augusto Alves Silva

Marcus Pereira Aucélio

Rômulo Rodrigues

Ronnie Gonzaga Tavares

Informações:

Tel: (61) 412-3188

Fax: (61) 412-1565

Secretaria do Tesouro Nacional

Esplanada dos Ministérios, Edifício do Ministério da Fazenda, Bloco P, 2º andar

70048-900 – Brasília - DF

Correio Eletrônico: stninst@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Dívida Pública: Plano Anual de Financiamento 2001 é uma publicação anual da Secretaria do Tesouro Nacional. É permitida a sua reprodução total ou parcial desde que mencionada a fonte.

ISSN**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Dívida Pública: Plano Anual de Financiamento 2001, Brasília, número 1, janeiro de 2001. Gratuita.

Tiragem 2.000 exemplares

Dívida Pública: Plano Anual de Financiamento 2001. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, janeiro, 2001, número 1.

ISSN

1. Dívida Pública 2. Plano Anual de Financiamento 3. Planejamento 4. Estratégia
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

Ao longo dos últimos anos, a economia brasileira vem experimentando um processo de grandes transformações. O êxito do Plano Real e a conseqüente estabilização econômica, tendo como pano de fundo a mudança estrutural do regime fiscal, a maior integração com nossos parceiros internacionais e a recente, e bem sucedida, implantação do regime de metas inflacionárias permitiram ao País vencer grandes desafios, estando hoje em um daqueles raros períodos da nossa história recente em que é possível vislumbrar perspectivas concretas para o crescimento sustentado do emprego e da renda .

Neste contexto, há um sem número de pequenas mas relevantes transformações que estão em curso e que devem contribuir de forma decisiva para atingirmos um novo patamar em nosso desenvolvimento econômico.

O documento que apresentamos hoje é um exemplo destas pequenas transformações. Até há pouco tempo, a dívida pública era vista como um obstáculo ao nosso crescimento em função do seu custo, perfil de maturação e estrutura de indexadores. Também nunca faltaram as chamadas “soluções fáceis” , aquelas que normalmente envolvem a quebra de contratos, fornecem algum alívio ao presente, mas condenam as gerações futuras.

Com um claro sentido de propósito e direção, nós escolhemos outro caminho para o tratamento da dívida pública, respeitando contratos, utilizando mecanismos de mercado e estabelecendo uma relação transparente com os investidores e com o público em geral. Essa postura tem permitido progressos significativos em todos os indicadores relevantes, refletidos nas reduções substanciais do custo de financiamento do Tesouro Nacional e no alongamento dos prazos médios de maturação.

Este Plano Anual de Financiamento, que estamos apresentando, é mais um instrumento desta estratégia, que busca aumentar a previsibilidade e a transparência na administração da dívida pública federal. Ele mostra os avanços já obtidos e o caminho que ainda temos que seguir para consolidar as transformações e deixar para as gerações futuras uma herança melhor que a que recebemos. Trata-se, sem dúvida, de mais um indicador de que o Brasil mudou, está mudando e continuará a mudar, para melhor

Fabio de Oliveira Barbosa
Secretário do Tesouro Nacional

O bom desempenho da economia brasileira em 2000 permitiu que fossem obtidos avanços importantes na gestão da Dívida Pública Federal. O prazo médio de maturação atingiu praticamente 30 meses em relação aos cerca de 27 meses observados em dezembro de 99, e o percentual de vencimentos em 12 meses declinou para 42%, comparando-se favoravelmente aos 53% do período anterior. No tocante a sua composição, cabe destacar o aumento da participação dos títulos prefixados, de 9% para 15%, em linha com a estratégia de redução gradual da exposição do Tesouro Nacional ao risco de flutuações de curto prazo das variáveis econômicas.

No plano institucional, também foram registrados progressos significativos. A Lei de Responsabilidade Fiscal definiu com clareza as atribuições relativas à emissão de títulos da dívida federal, representando importante avanço rumo à maior segregação e transparência das políticas monetária e fiscal. Nessa mesma direção, foram consolidadas em um único instrumento legal (Decreto nº 3.540, de 11 de Julho de 2000) as características gerais e as formas de emissão dos títulos públicos federais. Ademais, foi implementada ampla reestruturação da área da Secretaria do Tesouro Nacional responsável pela administração da dívida pública.

Por outro lado, em conjunto com o Banco Central do Brasil, realizamos ainda uma série de iniciativas para fortalecer o mercado secundário de títulos públicos e também assegurar um nível crescente de transparência e previsibilidade em nossas ações. Nesse contexto, entre outras medidas, institucionalizamos a divulgação mensal do cronograma de emissões do Tesouro Nacional e da Nota Conjunta Tesouro Nacional / Banco Central que traz informações e comentários sobre a dívida pública.

O presente documento – Dívida Pública: Plano Anual de Financiamento 2001 – é mais um importante passo nessa direção, representando novo marco na gestão da dívida pública e na relação do Tesouro Nacional com os investidores e com o público. Ele contém nossos objetivos gerais, estratégia de gestão e instrumentos de atuação, permitindo aos agentes econômicos maior grau de informação para as suas decisões de investimento.

É nosso entendimento que essa iniciativa, em conjunto com a contínua melhora do quadro macroeconômico, vai contribuir de forma relevante para a melhoria do perfil e a redução gradual, mas consistente, dos custos de financiamento da dívida pública federal, em linha com o processo de consolidação do novo regime fiscal do País.

Rubens Sardenberg
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

Sumário Executivo	6
I - Introdução	10
II – Gestão da Dívida em 2000	12
II.1 – Principais Diretrizes	12
II.1.1 – Alongamento dos Prazos dos Títulos	12
II.1.2 – Desindexação da Dívida	14
II.1.3 – Aperfeiçoamento da Estrutura a Termo de Taxas de Juros	14
II.1.4 – Padronização dos Instrumentos de Financiamento	15
II.2 – Resultados Alcançados	16
II.3 - Administração da Dívida Externa	19
III – Planejamento para 2001	20
III.1 – Pressupostos e Diretrizes Adotados	20
III.2 – Estratégias para 2001	22
III.2.1 – Estratégia Básica	22
III.2.2 – Estratégias Alternativas	24
III.2.3 – Análise Comparativa	26
IV – Volumes Indicativos de Emissão	29
Anexo I - Calendário de Eventos	30
Anexo II – Medidas de Aprimoramento do Mercado de Títulos	31
Anexo III – Tabelas e Gráficos	33

Sumário Executivo

A economia brasileira encerrou o ano de 2000 demonstrando avanços significativos, com destaque para o crescimento do PIB, controle da inflação e melhora nas contas externas. A exemplo do ocorrido no ano anterior, os resultados expressivos obtidos no *front* fiscal se constituíram no pilar básico de sustentação dessa melhora no quadro econômico, abrindo espaço para uma gestão mais ativa da dívida pública.

O objetivo básico da gestão da dívida pública é a minimização de custos no longo prazo, levando-se em conta a manutenção de níveis prudentes de risco. Em relação aos riscos considerados, merecem destaque especial os riscos de refinanciamento e de mercado, este último relacionado a flutuações no custo da dívida pública.

Na busca desse objetivo, ao longo do ano 2000 o Tesouro Nacional orientou sua atuação com base nas seguintes diretrizes:

- Alongamento dos prazos médios dos títulos emitidos em oferta pública (Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C);
- Substituição gradual dos títulos remunerados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada;
- Desenvolvimento adicional da estrutura a termo de taxas de juros (prefixada e de índice de preços – IGP-M); e
- Padronização dos instrumentos de financiamento e obtenção de fungibilidade para os títulos pós-fixados (alteração dos dispositivos legais).

Como resultado, a participação percentual dos títulos com rentabilidade prefixada elevou-se de 9% em dezembro/99 para 15% ao final de 2000. Em contrapartida, os títulos remunerados à taxa Selic reduziram sua participação no estoque total, de 57% para 52%, enquanto os demais títulos permaneceram com percentual praticamente constante.

Para a construção da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional relativa ao exercício de 2001, tomou-se inicialmente por base a ocorrência de um cenário de tendência, o qual contempla um ambiente de crescimento, aliado à estabilidade de preços e continuidade da redução dos juros domésticos.

Adicionalmente, em um contexto de ajuste fiscal e estrito cumprimento das metas fixadas para 2001, a consecução de *superávits* primários expressivos, bem como de outras receitas próprias (privatizações, principalmente), constitui-se em pressuposto relevante para a formulação da estratégia de financiamento.

Especificamente, tomando-se por base a maturação projetada para a dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional (R\$ 201,8 bilhões) e o montante previsto no orçamento de R\$ 54,4 bilhões em recursos próprios para seu atendimento, a necessidade de financiamento para 2001, excluídos vencimentos de títulos emitidos dentro do próprio exercício, é de R\$ 147,4 bilhões.

Em relação à dívida interna indexada à variação cambial, adotou-se como hipótese o refinanciamento integral dos vencimentos e, quanto às novas emissões no mercado externo, captações no montante de US\$ 6 bilhões, ponto médio do intervalo anunciado para 2001 (entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões).

A **estratégia básica**, projetando emissões líquidas de LTN da ordem de R\$ 29 bilhões e resgates líquidos de LFT no montante de R\$ 52 bilhões, traz como pressupostos básicos: (i) emissões de prefixados com até 36 meses (LTN e NTN-F); (ii) alongamentos adicionais de prazo de emissão para os títulos remunerados à taxa Selic (LFT), em relação aos atuais 60 meses; (iii) ofertas regulares de títulos remunerados a índice de preços (NTN-C) com até 10 anos de prazo e, a exemplo das bem sucedidas operações executadas recentemente, emissões com maturação mais longa (20 e 30 anos).

Contudo, a depender da evolução do ambiente macroeconômico no corrente ano, com repercussões sobre a volatilidade dos indicadores relevantes, estratégias alternativas à estratégia básica poderão ser colocadas em prática.

Em um contexto de mercado financeiro menos volátil e com maior apetite ao risco, ações mais efetivas em direção aos objetivos de alongamento e desindexação da dívida pública seriam viabilizadas (**estratégia alternativa I – cenário otimista**). Do ponto de vista prático, as LTN de 24 meses seriam emitidas regularmente ainda no primeiro trimestre, enquanto as NTN-F poderiam ser ofertadas com até 60 meses no decorrer do segundo semestre. Com relação às LFT e às NTN-C de 20 e 30 anos, a estratégia repetiria em suas linhas gerais aquela traçada para um cenário de tendência, havendo, contudo, ampliação do prazo de emissão de lotes regulares deste último título para algo em torno de 15 anos.

Alternativamente, variáveis macroeconômicas menos favoráveis motivariam a implementação de estratégias de ampliação do prazo de emissão e de desindexação da dívida de forma bem

mais moderada (**estratégia alternativa II – cenário conservador**). Como consequência, os títulos prefixados seriam colocados em mercado com maturidade máxima de 24 meses, enquanto as LFT seriam ofertadas regularmente ao longo de todo o exercício de 2001¹. Em relação às NTN-C, os lotes regulares teriam seu prazo de emissão reduzido para um máximo de 7 anos (10 anos na estratégia básica) e os prazos mais longos (20 e 30 anos) seriam mantidos, mas com volumes de emissão menores.

Estratégias Alternativas (Resultados Comparados)

Indicadores	Dez.99	Dez.00	Dez.01	Dez.01	Dez.01
			Altern.1 (Otimista)	Básica	Altern.2 (Conserv.)
Estoque DPFi em Mercado (R\$ bi)	441,4	510,7	543,0	548,4	568,7
Prazo Médio da DPFi (meses)	27,1	29,8	43,2	42,9	44,4
Duração da DPFi (meses)	9,4	10,7	21,2	20,3	18,0
% Vencendo em 12 meses	53,0	42,4	27,3	27,1	28,0
Participação no Estoque da DPFi					
Prefixado (%)	9,0	14,8	23,9	22,4	15,8
Selic (%)	57,0	52,2	40,8	41,6	46,5

Para a definição dos volumes máximo, médio e mínimo a serem emitidos no exercício de 2001, consideramos por referência a estratégia básica, calculando o teto e o piso de emissão a partir do percentual de aproximadamente 20% em torno dos pontos médios para cada título por ela definidos. Tal percentual foi o que melhor se ajustou aos volumes propostos pelas estratégias otimista e conservadora, de modo a dar flexibilidade ao Tesouro Nacional para se ajustar a possíveis mudanças conjunturais.

Banda de Flutuação para as Ofertas Públicas em 2001

		LTN / NTN-F TOTAL	LFT TOTAL	NTN-C TOTAL
1º trim.	Máximo	40.000	14.500	11.000
	Médio	33.000	12.000	9.000
	Mínimo	26.000	9.500	7.000
2º trim.	Máximo	52.000	19.000	5.500
	Médio	43.500	15.500	4.500
	Mínimo	35.000	12.000	3.500
3º trim.	Máximo	48.000	11.500	5.500
	Médio	40.000	9.500	4.500
	Mínimo	32.000	7.500	3.500
4º trim.	Máximo	38.500	2.000	3.500
	Médio	32.000	-	3.000
	Mínimo	25.500	-	2.500
Em 2001	Máximo	178.500	47.000	25.500
	Médio	148.500	37.000	21.000
	Mínimo	118.500	29.000	16.500

¹ Na estratégia básica, não seriam emitidas LFT ao longo do quarto trimestre do ano.

É importante ressaltar que a escolha da estratégia de financiamento a ser colocada em prática pelo Tesouro Nacional em 2001 dependerá, em grande medida, da evolução dos cenários macroeconômicos interno e externo. Contudo, diretrizes de redução da sensibilidade do estoque da dívida pública a flutuações de curto prazo das variáveis relevantes (risco de mercado), bem como de desconcentração de vencimentos no curto prazo (risco de refinanciamento), estarão sempre contempladas, como pudemos observar ao comparar as três estratégias em relação ao fechamento de 1999 e 2000.

Por fim, cabe-nos esclarecer que o Plano Anual de Financiamento não pressupõe expressivas mudanças no quadro econômico doméstico e internacional. Contudo, sua eventual ocorrência poderá obrigar-nos a rever as estratégias então definidas. O Tesouro Nacional se compromete a informar ao mercado e ao público em geral caso seja necessário implementar alguma alteração significativa no plano ora apresentado.

I - Introdução

A economia brasileira encerrou o ano de 2000 com avanços significativos. O crescimento do PIB foi de 4,2%, com forte expansão da produção industrial (4,8% no ano) e recuo significativo dos índices de desemprego, de 6,3% no final de 1999 para 4,8% em dezembro do ano passado². O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, fechou o ano em 5,97%, rigorosamente dentro do estabelecido pelo governo federal no contexto do regime de metas de inflação (6% para 2000).

No setor externo, mesmo diante de um cenário bastante adverso, marcado pela volatilidade das bolsas de valores norte-americanas (em especial da Nasdaq), pela elevação das cotações internacionais do petróleo e ainda pela queda acentuada nos preços das *commodities*, os resultados obtidos foram igualmente expressivos. O *deficit* em conta corrente encerrou 2000 em US\$ 24,6 bilhões, equivalente a 4,2% do PIB, denotando progressos em comparação com o apurado em 1999 (*deficit* de US\$ 25,1 bilhões, equivalente a 4,7% do PIB). Adicionalmente, vale destacar que tal *deficit* foi financiado com folga pelo influxo de investimentos diretos, que atingiram o nível recorde de US\$ 30,6 bilhões ao longo do ano passado.

A exemplo do também ocorrido em 1999, os resultados obtidos no *front* fiscal constituíram-se no pilar básico de sustentação da melhora no quadro econômico registrada em 2000. O setor público consolidado registrou *superavit* primário de R\$ 38,2 bilhões (3,54% do PIB), acima dos R\$ 36,7 bilhões originalmente definidos, sendo que o Governo Central e as empresas estatais federais em seu conjunto apresentaram *superavit* primário de R\$ 30,6 bilhões, cumprindo as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, por sua vez, fechou o ano em R\$ 563 bilhões (49,5% do PIB), praticamente estável em relação ao ano anterior e abaixo dos R\$ 584 bilhões inicialmente estimados.

Ainda em relação a essa questão, alguns pontos merecem destaque como indicadores do comprometimento do Governo e do País com um novo contexto de solvência fiscal no longo prazo: (i) a fixação das metas de *superavit* primário para o setor público consolidado, de 3% do PIB para 2001 e 2,7% para 2002; (ii) a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um novo marco para a gestão fiscal no Brasil; e (iii) as metas de convergência macroeconômica definidas pelos países integrantes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), pelo Chile e pela Bolívia, oficialmente aprovadas pelos seis presidentes desses países, em dezembro de 2000.

² Taxa Média de Desemprego Aberto medida pelo IBGE, sem ajuste sazonal. Com o ajuste sazonal, a comparação seria de 6% (dezembro de 2000) contra 7,8% (dezembro de 1999).

Resultados fiscais expressivos e a conseqüente melhora dos fundamentos macroeconômicos abrem espaço para uma gestão mais ativa da dívida pública. Contudo, antes que esse ponto possa ser melhor desenvolvido, tornam-se necessárias alguns esclarecimentos.

A Dívida Líquida do Setor Público - DLSP corresponde às obrigações do setor público (dívidas interna e externa e base monetária, dentre outras), deduzidas do montante de seus créditos, ambos junto ao sistema financeiro, ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo. A DLSP é desmembrada em dívida de responsabilidade do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social), dos governos estaduais, dos municípios e, por último, das empresas estatais que integram as três esferas de governo. Economicamente, constitui-se no principal indicador do endividamento público e de sua sustentabilidade ao longo do tempo, sendo analisada principalmente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

A Dívida Líquida do Governo Central – DLGC é composta pelo total de obrigações internas e externas de responsabilidade do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Previdência Social, deduzidos seus créditos financeiros junto à sociedade. Tais obrigações podem ser contraídas principalmente por meio da celebração de contratos ou por emissão de títulos. No âmbito da DLGC, a Dívida Mobiliária Federal (interna e externa) é o instrumento básico de gestão, sendo aquela que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do Governo Central.

As emissões de títulos da Dívida Mobiliária Federal podem ser realizadas diretamente aos agentes econômicos envolvidos ou por meio de ofertas públicas (leilões). O processo de emissão direta, não obstante a existência de critérios técnicos gerais para escolha eficiente de instrumentos financeiros, deve atender às especificidades de cada operação. As ofertas públicas de títulos, contudo, constituem-se, até mesmo pelos montantes envolvidos, em meios mais eficientes para persecução de objetivos de longo prazo pelos gestores da dívida pública. É esse componente o elemento central do Plano Anual de Financiamento do Tesouro Nacional.

O objetivo básico da gestão da dívida pública é a **minimização de custos no longo prazo, levando-se em conta a manutenção de níveis prudentes de risco**. Em relação aos riscos considerados, destaque especial deve ser dado ao risco de refinanciamento e ao risco de mercado. O primeiro refere-se à capacidade do emissor de dívida em refinanciá-la ou, ainda, à sujeição às variações de custo para seu refinanciamento em função da concentração de grande volume de dívida vencendo em um período específico. Seus principais índices de mensuração são o prazo médio da dívida e o percentual vincendo no curto prazo (12 meses). O segundo refere-se aos custos esperados de determinado instrumento de financiamento em decorrência de fatores de mercado, refletidos nos efeitos que oscilações nas taxas de juros e câmbio, principalmente, provocam sobre os valores dos vencimentos da dívida pública.

II – Gestão da Dívida em 2000

II.1 – Principais Diretrizes

Na busca do objetivo anteriormente descrito, a gestão da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional ao longo de 2000 orientou sua atuação com base nas seguintes diretrizes:

- Alongamento dos prazos médios dos títulos emitidos em oferta pública (Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT e Notas do Tesouro Nacional, série C - NTN-C);
- Substituição gradual dos títulos remunerados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada;
- Desenvolvimento adicional da estrutura a termo de taxas de juros (prefixada e de índice de preços – IGP-M); e
- Padronização dos instrumentos de financiamento e obtenção de fungibilidade para os títulos pós-fixados (alteração dos dispositivos legais).

II.1.1 – Alongamento dos Prazos dos Títulos

No mês de janeiro de 2000, as ofertas públicas de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional eram compostas por LTN de 3 e 6 meses, LFT de 12 meses e NTN-C de 3 e 7 anos, sendo os títulos remunerados por índice de preços ofertados apenas uma vez por mês em leilões de troca, aceitando-se também moeda corrente.

Ainda em janeiro, foi realizado o primeiro leilão de oferta firme, com a emissão de LTN de 12 meses. Devido à boa aceitação desse título pelo mercado financeiro, o mesmo passou a fazer parte dos leilões regulares já a partir de fevereiro, substituindo os prefixados de 3 meses, que foram ofertados pela última vez no dia 24 de janeiro. Adicionalmente, o prazo de emissão das LFT ampliou-se de 12 para 18 meses, passando, em março, para 24 meses e, em abril, para 36 meses. Contudo, em maio e junho, em virtude do aumento de volatilidade no cenário externo, associado em boa medida às elevações dos preços internacionais do petróleo e às expectativas quanto à condução da política monetária norte-americana, as emissões de LTN de 6 e 12 meses foram suspensas por cinco e sete semanas, respectivamente.

No mês de julho, iniciou-se a oferta de NTN-C de 5 anos e, ao final de agosto, foi realizado o segundo leilão de oferta firme pelo Tesouro Nacional, quando foram vendidos prefixados com prazo de 24 meses. Entretanto, a não superação e até mesmo o acirramento em alguns momentos das incertezas no *front* externo postergaram nova oferta desse título.

Em relação às Notas do Banco Central – Série Especial (NBC-E), o prazo de emissão variou entre 24 e 60 meses ao longo do ano, atingindo o ápice em outubro. Cabe-nos esclarecer que as decisões em relação aos volumes e prazos de emissão de tais títulos são tomadas pelo Banco Central, que os utiliza como instrumento de condução da política monetária, não estando vinculados à estratégia de financiamento da dívida pública federal conduzida pelo Tesouro Nacional.

Cumprir destacar também o novo alongamento de prazo de emissão das LFT que, ao final do mês de outubro, passou para 48 meses. Tal movimento foi de suma importância para o perfil de maturação da dívida pública interna como um todo, já que os títulos indexados à taxa Selic respondem por parcela expressiva (52% em dez/00) da Dívida Pública Federal Interna - DPFI em poder do público.

Por último, vale mencionar a emissão, em 1º de janeiro de 2001 (leilão realizado em 27 e 28 de dezembro/00), de 4,5 milhões de NTN-C (cerca de R\$ 4,8 bilhões) com prazo de 30 anos, trocadas integralmente por Letras Financeiras do Tesouro, série B - LFT-B e Certificados Financeiros do Tesouro, série A - CFT-A em mercado. Tal ação pode ser considerada emblemática no âmbito da política de alongamento de prazos e padronização dos instrumentos financeiros emitidos em ofertas públicas pelo Tesouro Nacional.

Quadro 1 - Prazo Médio do Estoque da DPFI em Poder do Público

	Oferta Pública - meses	Total - meses
dez/99	8,9	27,1
jan/00	8,5	26,5
fev/00	9,4	26,6
mar/00	10,6	27,0
abr/00	11,6	27,3
mai/00	12,8	29,0
jun/00	13,2	28,9
jul/00	13,3	29,0
ago/00	14,5	29,3
set/00	14,4	29,0
out/00	14,9	29,3
nov/00	15,6	29,8
dez/00	15,9	29,8

Fonte: "Nota à Imprensa – Dívida Pública Federal interna" do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

II.1.2 – Desindexação da Dívida

Assumido como diretriz de longo prazo do Tesouro Nacional, o processo de substituição da dívida remunerada pela taxa média do Selic por títulos com rentabilidade prefixada continuou a ser implementado ao longo do exercício de 2000.

A partir de estratégia que buscou manter o refinanciamento de apenas 80% dos vencimentos de LFT com títulos de mesma natureza, viabilizou-se aumento de participação, no âmbito do estoque da dívida pública federal, de títulos prefixados, que passaram de 9,0% do total da DPFi em dezembro de 1999 para 14,8% em dezembro de 2000.

Quadro 2 - Composição da DPFi em Poder do Público

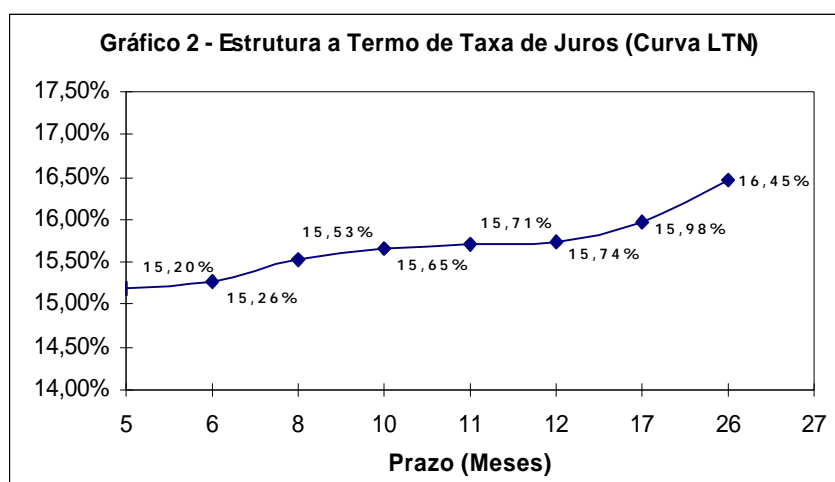
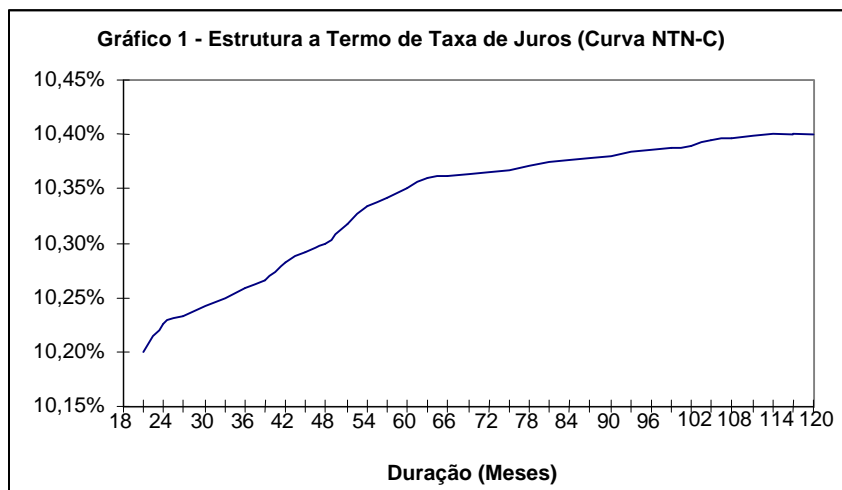
	Prefixada (%)	Taxa Selic (%)	Outros (%)*
dez/99	9,0	57,0	34,0
jan/00	9,5	56,7	33,8
fev/00	10,4	56,6	33,0
mar/00	12,2	55,3	32,5
abr/00	13,7	53,6	32,7
mai/00	12,6	54,9	32,5
jun/00	13,3	54,7	32,0
jul/00	13,9	54,3	31,8
ago/00	14,7	53,2	32,2
set/00	15,4	52,7	31,9
out/00	15,7	52,0	32,3
nov/00	14,7	52,2	33,2
dez/00	14,8	52,2	33,0

* Compõe-se de títulos remunerados por índices de preços, câmbio, TR e outros.

Fonte: "Nota à Imprensa – Dívida Pública Federal interna" do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

II.1.3 – Aperfeiçoamento da Estrutura a Termo de Taxas de Juros

Um dos efeitos positivos do alongamento do prazo de emissão dos títulos da dívida pública é o aperfeiçoamento da estrutura a termo de taxas de juros. No momento, já existem parâmetros de longo prazo para a curva prefixada (até 24 meses), cambial (até 5 anos) e de índices de preços (até 30 anos), viabilizados por ações tomadas ao longo de 2000 e do ano corrente, como podemos observar nos gráficos 1 e 2, a seguir. Nesse sentido, merecem destaque as ofertas de NTN-C de 3 e 7 anos até o mês de abril, de 5 anos a partir de julho e de 30 anos em janeiro de 2001 e as emissões de LTN de 6, 12 e 24 meses.



II.1.4 – Padronização dos Instrumentos de Financiamento

Por meio da edição do Decreto n.º 3.540, de 11 de julho de 2000, o Tesouro Nacional definiu em um único instrumento legal as características gerais e específicas de todos os títulos de sua responsabilidade. Tal consolidação, além de proporcionar maior transparência à matéria, permitiu a redução e a simplificação dos títulos públicos em mercado, de forma a propiciar maior negociação no mercado secundário, facilitar o controle pelos diversos agentes e reduzir o custo da dívida pública federal brasileira.

Vale destacar que, a partir de então, foi adotado o conceito de *fungibilidade* para as emissões de LFT e NTN-C, a exemplo do que já ocorria com as LTN³. Tal prática reduz o número de

³ Títulos fungíveis são aqueles que, apesar de emitidos em datas diferentes, possuem as mesmas características e o mesmo preço unitário, sendo, portanto, idênticos a qualquer momento. Para este efeito, adotou-se para as emissões de LFT e de NTN-C o conceito de data-base. Por exemplo, uma LFT emitida em agosto/00 e outra em janeiro/01, com mesma data de referência (data-base: 01.07.2000), possuirão o mesmo preço unitário – PU, a qualquer tempo, para atualização dos seus valores nominais.

séries de títulos, aumenta o volume de um papel específico em um mesmo vencimento e, conseqüentemente, estimula as negociações no mercado secundário de títulos públicos.

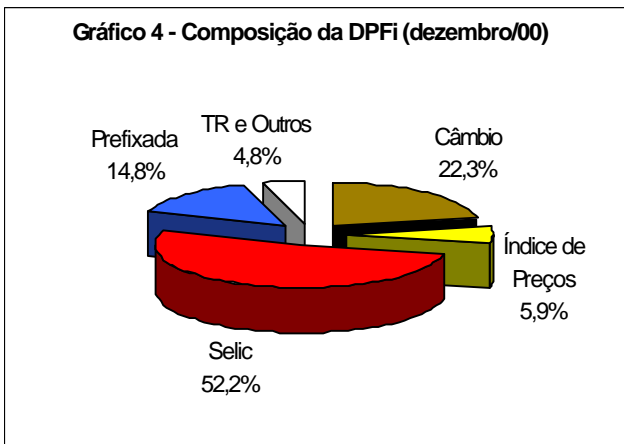
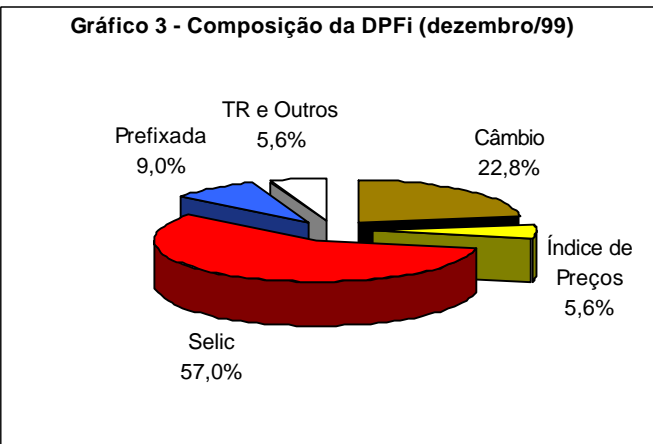
Adicionalmente, o mencionado Decreto definiu como títulos a serem emitidos por meio de oferta pública apenas as LFT, LTN, NTN-C, NTN-D e NTN-F. Por outro lado, as emissões especiais ficariam a cargo, primordialmente, dos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT, inclusive no processo de securitização de dívidas pelo Tesouro Nacional.

Quadro 3 – Tesouro Nacional – Principais Títulos Emitidos

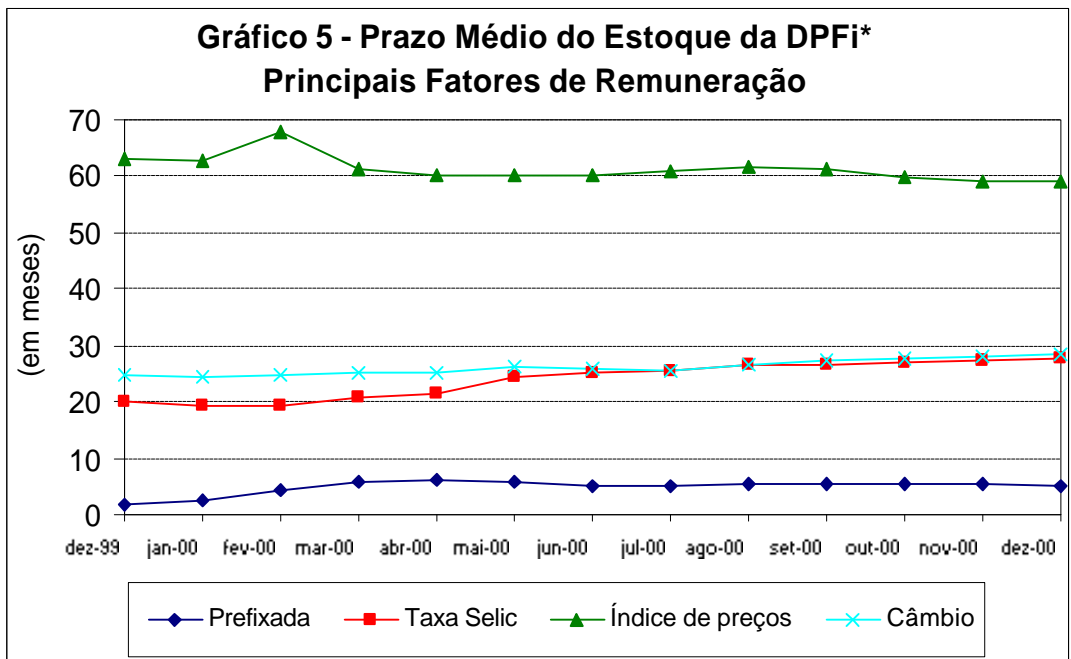
Título	Descrição	Remuneração	Forma Usual de Emissão
LTN	Mobiliária – Interna	Prefixado	Oferta Pública
LFT	Mobiliária – Interna	SELIC	Oferta Pública
NTN-C	Mobiliária – Interna	IGP-M + juros % a.a.	Oferta Pública
NTN-D	Mobiliária – Interna	Câmbio + juros % a.a.	Oferta Pública
NTN-F	Mobiliária – Interna	Prefixado + juros % a.a.	Oferta Pública
CFT-A	Mobiliária – Interna	IGP-DI + juros % a.a.	Direta
CFT-B	Mobiliária – Interna	TR + juros % a.a.	Direta
CFT-C	Mobiliária – Interna	SELIC + juros % a.a.	Direta
CFT-D	Mobiliária – Interna	US\$ + juros % a.a.	Direta
CFT-E	Mobiliária – Interna	IGP-M + juros % a.a.	Direta
CFT-F	Mobiliária – Interna	Prefixado	Direta

II.2 – Resultados Alcançados

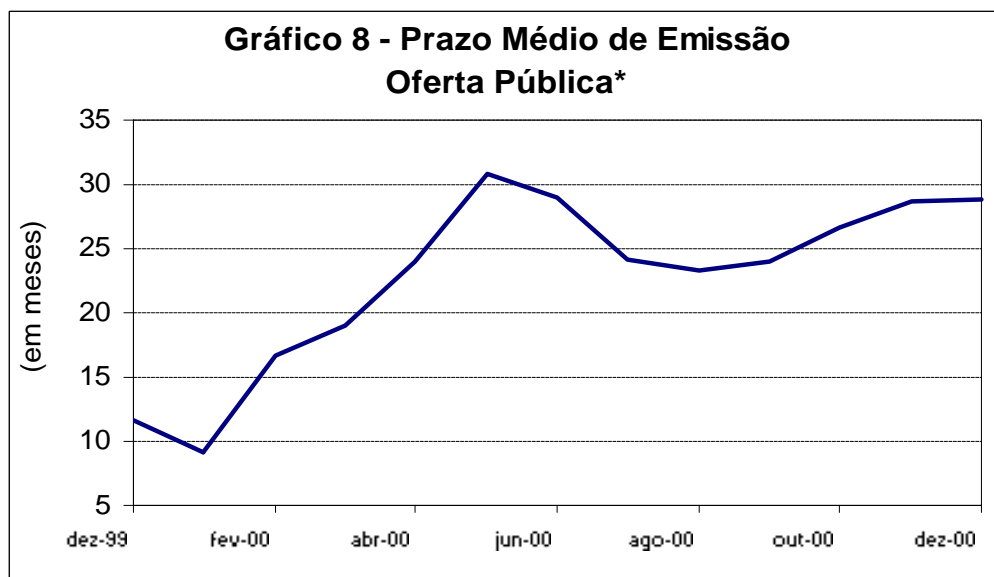
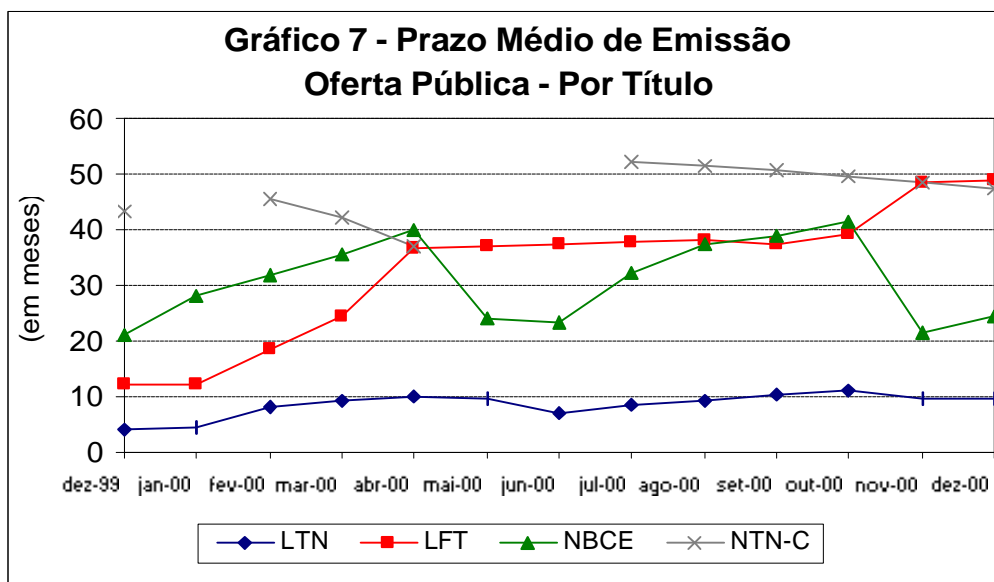
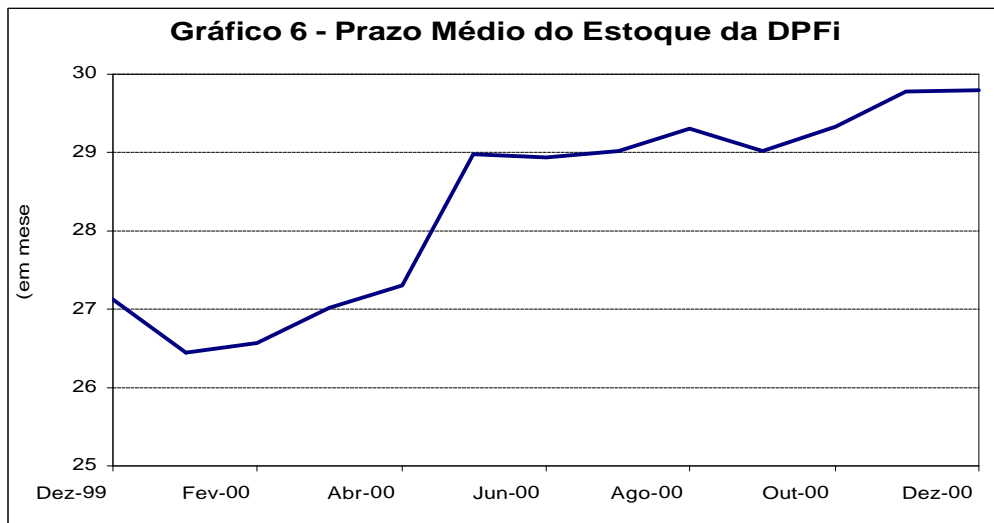
Ao longo de 2000, a estratégia de desindexação da Dívida Pública Federal interna - DPF_i apresentou resultado positivo, conforme podemos observar nos gráficos a seguir. Não obstante as turbulências no cenário externo anteriormente descritas, a participação percentual dos títulos com rentabilidade prefixada elevou-se de 9% em dezembro/99 para 15% ao final 2000. Em contrapartida, os títulos remunerados à taxa Selic reduziram sua parcela de participação no total do estoque (de 57% para 52% no período considerado), enquanto os demais títulos permaneceram com participação praticamente constante.



O prazo médio do estoque da DPFI, por seu turno, apresentou elevação quase constante ao longo de 2000, atingindo o máximo de 29,8 meses em dezembro/2000, contra 27,1 meses ao final de 1999, de acordo com os gráficos 5 e 6. Tal incremento pode ser atribuído ao alongamento do perfil de maturação dos títulos remunerados à taxa Selic, à variação cambial, bem como daqueles com rentabilidade prefixada. Genericamente, tais instrumentos, emitidos em ofertas públicas, seguiram a estratégia de longo prazo elaborada pelo Tesouro Nacional, à exceção dos cambiais, cuja administração está a cargo do Banco Central do Brasil.



*Exclui NTN-C de 30 anos emitida em janeiro de 2001.



* Inclui LTN, LFT, NTN-C e NBC-E

II.3 - Administração da Dívida Externa

Durante o ano de 2000, o Banco Central do Brasil, em nome do Tesouro Nacional, realizou nove operações no mercado externo. Como resultado, emitiram-se aproximadamente US\$ 5,8 bilhões para captações de novos recursos e US\$ 6,1 bilhões para troca por títulos da antiga dívida reestruturada.

Quanto aos recursos novos, US\$ 2,6 bilhões foram obtidos no mercado de dólares, US\$ 2,1 bilhões no de euros e US\$ 1,1 bilhão no de ienes. As operações de reestruturação da dívida, por seu turno, foram efetuadas apenas no mercado de dólares.

Quadro 4 - Características das emissões no mercado externo em 2000

Títulos	Data de Emissão	Moeda Local	Valores (na emissão)			Prazo	Spread (**)
			Na moeda local (em \$ mil)	Em USD mil (*)			
				Res. SF nº 51/97	Res. SF nº 69/96		
Euro 2010	04.02.00	EUR	750.000	738.975		10 anos	563
Global 2020	26.01.00	USD	1.000.000	1.000.000		20 anos	650
Global 2030	06.03.00	USD	1.000.000	1.000.000		30 anos	679
Reabertura	29.03.00		600.000		600.000		635
Samurai 2003	17.04.00	JPY	60.000.000	573.943		3 anos	359
Euro 2005	05.07.00	EUR	750.000	714.375		5 anos	417
Global 2007	26.07.00	USD	1.000.000	611.940	388.060	7 anos	610
Global 2040	17.08.00	USD	5.157.311		5.157.311	40 anos	788
1a. Tranche	05.10.00	EUR	500.000	434.700		7 anos	446
2a. Tranche			250.000 (Reabertura)	217.350			436
Samurai 2006	22.12.00 ¹	JPY	60.000.000	532.104		5,3 anos	355
Total				5.823.387	6.145.371		

(*) Convertido à taxa vigente no dia da emissão (closing date).

(**) Em pontos base (moeda local), apurado na data do lançamento.

¹ As datas de pagamento de cupom do Samurai 2006 são 22 de março e 22 de setembro de cada ano. O vencimento é em 22 de março de 2006.

OBS: Todos os títulos com amortização integral no vencimento ("bullet").

III – Planejamento para 2001

III.1 – Pressupostos e Diretrizes Adotados

Para a construção da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional relativa ao exercício de 2001, tomou-se inicialmente por base um cenário macroeconômico de tendência, assumido como o mais provável para as principais variáveis monitoradas. De forma geral, o chamado Cenário Básico contempla um ambiente de crescimento, aliado à estabilidade de preços e continuidade da redução dos juros domésticos.

Após forte pressão de alta verificada nos meses de julho e agosto, em virtude de quebras de safra agrícola e reajustes de preços administrados, a inflação apurada sob a ótica de índices gerais e ao consumidor recuou de forma expressiva no último trimestre de 2000, não obstante pressões observadas na taxa de câmbio, que passou de R\$ 1,84 por dólar ao final de setembro para aproximadamente R\$ 1,96 por dólar em 31 de dezembro (variação de 6,5% no período).

Encerrando o mês de dezembro de 2000 com uma variação no ano de 5,97%, o IPCA acumulado em doze meses deverá ainda refletir, na primeira metade de 2001, os efeitos da inflação contabilizada em julho e agosto do exercício anterior (1,61% e 1,31%, respectivamente). Contudo, a partir do segundo semestre, a trajetória de queda do índice deverá ser compatível com a variação de aproximadamente 4% entre janeiro e dezembro de 2001⁴, em consonância, portanto, com as metas de inflação. De um ponto de vista mais amplo, pode-se esperar por certa convergência entre os índices de inflação, com os IGP-s, após terem contabilizado variação positiva em torno de 10% em 2000, devendo recuar para aproximadamente 5%⁵ em 2001⁶.

Tais movimentos nos índices de inflação trazem como pressupostos, no contexto externo, (i) menores pressões oriundas dos preços internacionais do petróleo; (ii) trajetória de relaxamento nas condições monetárias nos EUA; (iii) recuperação gradual da economia argentina, após a liberação do pacote de ajuda econômica do FMI; e (iv) recuperação do euro e da economia européia, com reflexos positivos sobre as exportações de países emergentes.

Com isso, dado o conjunto favorável de fundamentos da economia (crescimento do PIB, continuidade do influxo de investimentos diretos, cumprimento de metas inflacionárias e

⁴ Fonte: Banco Central do Brasil – FOCUS, Expectativas do mercado em 19/01/01.

⁵ Fonte: Banco Central do Brasil – FOCUS, Expectativas do mercado em 19/01/01

⁶ Os Índices Gerais de Preços, por serem uma média ponderada composta, entre outros, por Índice de Preços no Atacado (60%), com considerável participação de produtos comercializáveis (*tradables*), são bem mais sensíveis às flutuações na taxa de câmbio.

redução do risco soberano), abre-se espaço para aperfeiçoamentos no processo de administração da dívida pública.

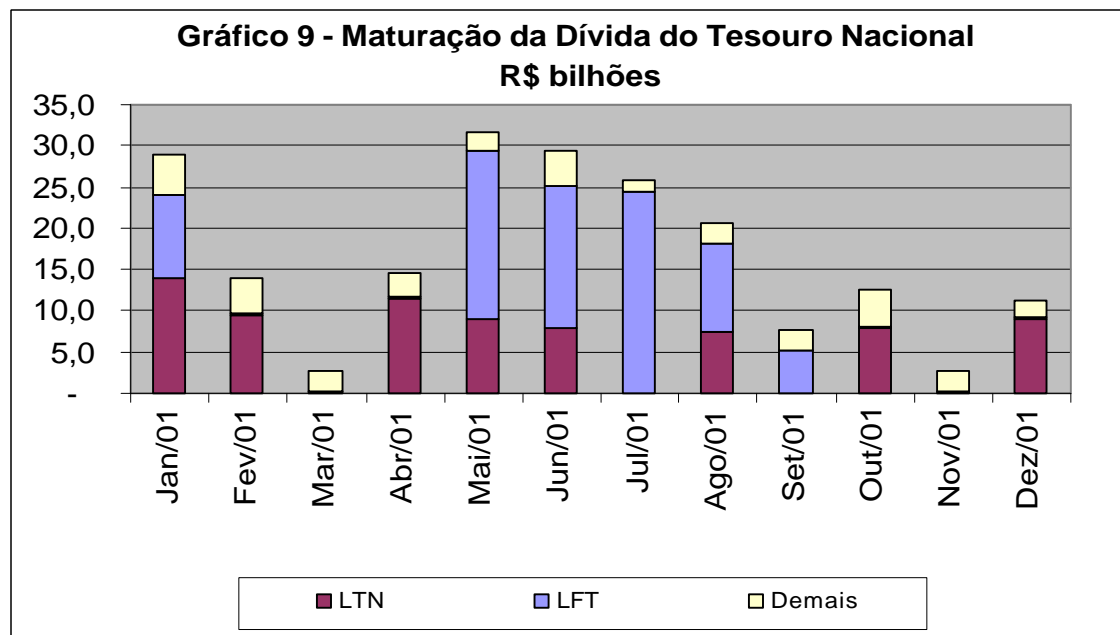
Adicionalmente, em um contexto de ajuste fiscal e do estrito cumprimento dos objetivos fixados para 2001, a consecução de *superávits* primários expressivos, bem como de outras receitas próprias (privatizações, principalmente), assume papel importante na trajetória da relação da dívida pública/PIB, constituindo-se, ademais, em pressupostos relevantes para a formulação da estratégia de financiamento.

O cronograma de vencimentos para 2001, por sua vez, apresenta-se disposto mensalmente do seguinte modo:

Quadro 5 - Maturação da Dívida de Responsabilidade do Tesouro Nacional - R\$ milhões

	LTN	LFT	NTN-D	NTN-C / Cred.Sec.	Outros*	TOTAL
Jan/01	13.853	10.108	1.711	1.590	1.791	29.054
Fev/01	9.490	215	2.515	295	1.467	13.983
Mar/01	0	217	864	362	1.275	2.718
Abr/01	11.463	219	81	402	2.388	14.552
Mai/01	8.959	20.363	46	134	2.038	31.540
Jun/01	7.951	17.252	839	1.705	1.687	29.435
Jul/01	0	24.491	46	319	872	25.728
Ago/01	7.432	10.689	815	196	1.421	20.554
Set/01	0	5.138	822	566	1.115	7.641
Out/01	7.902	232	82	2.410	1.976	12.602
Nov/01	0	234	797	223	1.419	2.674
Dez/01	8.864	236	792	367	1.026	11.286
2001	75.913	89.396	9.411	8.570	18.477	201.767

* Inclui: demais títulos da dívida interna (basicamente aqueles emitidos sob a forma direta), dívida externa (deduzidos os recursos orçamentários direcionados para seu pagamento e os oriundos de novas emissões no mercado internacional) e juros dos títulos do Tesouro Nacional que vencem na carteira do Banco Central.



Dessa forma, tomando-se por base a maturação projetada para a dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional (R\$ 201,8 bilhões) e o montante previsto no orçamento de R\$ 54,4 bilhões em recursos próprios para seu atendimento⁷, a necessidade de financiamento para 2001, excluídos vencimentos de títulos emitidos dentro do próprio exercício, é de R\$ 147,4 bilhões.

III.2 – Estratégias para 2001

III.2.1 – Estratégia Básica

Previamente ao planejamento das emissões competitivas para 2001, devem ser ressaltadas hipóteses em relação à administração da dívida interna indexada à variação cambial e às novas emissões previstas no mercado externo.

Quanto à dívida cambial doméstica, inserida no contexto de política monetária conduzida pelo Banco Central, trabalhou-se com a perspectiva de refinanciamento de 100% do principal dos vencimentos de NTN-D e NBC-E por meio da emissão de títulos de responsabilidade da Autoridade Monetária (NBC-E). Tal exercício torna-se fundamental apenas no que diz respeito à análise de liquidez do sistema, já que, do ponto de vista de caixa, o Tesouro Nacional resgatará integralmente as NTN-D vencidas em 2001. Portanto, a oferta líquida total de títulos cambiais ao mercado será de responsabilidade exclusiva do Banco Central do Brasil.

Já em relação à atuação soberana no mercado internacional ao longo de 2001, as simulações contemplam operações da ordem de US\$ 6 bilhões, considerado o ponto médio do intervalo anunciado pelo Banco Central ao mercado (captações entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões).

Fixadas tais hipóteses de trabalho e considerando a necessidade de financiamento do Tesouro Nacional para 2001, pode-se partir efetivamente para a formulação da sua estratégia de financiamento.

Especificamente, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2001, projetam-se emissões líquidas de LTN da ordem de R\$ 29 bilhões e resgates líquidos de LFT no montante de R\$ 52 bilhões.

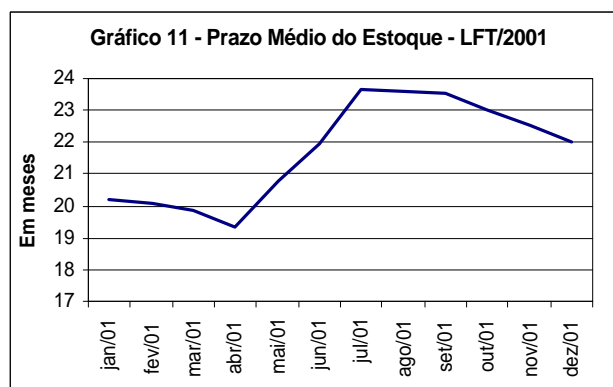
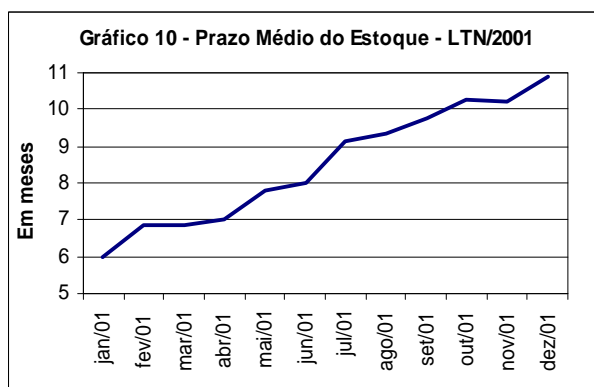
⁷ Nestes R\$ 54,4 bilhões estão incluídos recursos provenientes de superávit primário, de privatizações, da remuneração das disponibilidades da conta única da União e de retornos de refinanciamentos da dívida dos estados e municípios, entre outras receitas.

Em termos de prazo de emissão, considerando o sucesso dos últimos lançamentos de títulos prefixados (18 meses para ofertas regulares e 27 meses em oferta firme), foram planejadas colocações em mercado com até 36 meses (LTN e NTN-F), enquanto as emissões de títulos remunerados à taxa Selic sofreriam novos alongamentos em relação aos atuais 60 meses, sempre na dependência de condições favoráveis de mercado.

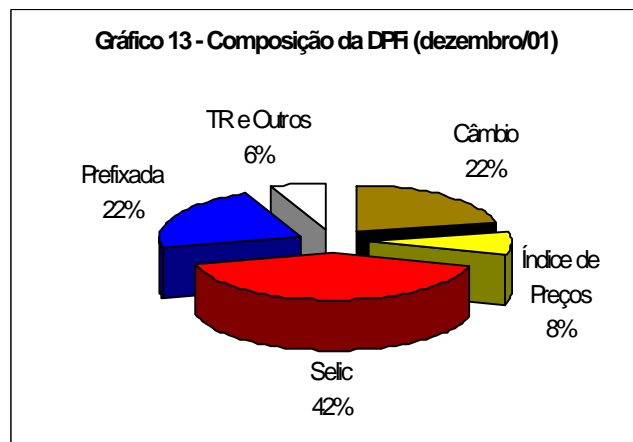
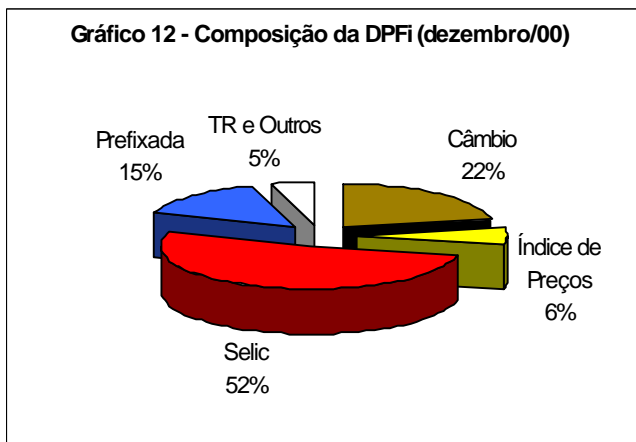
No que diz respeito às NTN-C, os lotes considerados regulares contemplarão prazos de no máximo 10 anos, com parcela expressiva destinada à troca por outros títulos do Tesouro Nacional em mercado. Emissões de títulos com maturação mais longa (20 e 30 anos), a exemplo das bem sucedidas operações executadas recentemente, deverão voltar a ser realizadas ao longo do ano, podendo ser aceitos, a título de troca, LFT e CFT em poder do mercado. Ainda no contexto de títulos corrigidos por índices de preços, ofertas de títulos vinculados ao IPCA poderão ocorrer, devendo ser seus prazos mínimos de emissão provavelmente superiores a 5 anos.

Como resultado, num contexto de cenário básico, o Tesouro Nacional deverá efetuar, a partir da estratégia acima, resgate líquido de títulos⁸ de sua responsabilidade no mercado doméstico em torno de R\$ 47,8 bilhões. O estoque da DPFi em poder do público, por sua vez, deverá sofrer acréscimo de aproximadamente 7,4% (passando de R\$ 510,7 bilhões em dez/00 para R\$ 548,4 em dez/01), com seu prazo médio possivelmente alongando-se de 29,8 meses para até 42,9 meses no mesmo período. Nesse ponto, ressalta-se que o alongamento de perfil da dívida só não se faz mais robusto em função da diretriz, igualmente importante, de desindexação da dívida, que, ao produzir aumento da participação de prefixados na estratégia de financiamento, substitui títulos de maior prazo médio de emissão (LFT) por outros com maturação mais curta (LTN).

A evolução dos prazos médios dos estoques das LTN e das LFT (principais títulos emitidos em oferta pública) e a composição da DPFi em poder do público evoluirão, de acordo com a estratégia em questão, da seguinte forma:



⁸ Cumprir ressaltar que, apesar da ocorrência de resgates líquidos, a DPFi deverá crescer em termos nominais por conta da apropriação de juros e encargos financeiros incidentes sobre seu estoque.



III.2.2 – Estratégias Alternativas

A depender da evolução do ambiente macroeconômico no corrente ano, com repercussões sobre a volatilidade dos indicadores econômicos relevantes, estratégias alternativas à estratégia básica poderão ser colocadas em prática.

As hipóteses anteriormente assumidas para as emissões no mercado externo e a administração da dívida cambial doméstica foram mantidas, não sendo alterada, de igual maneira, a previsão de receitas próprias para o pagamento do serviço da dívida pública (R\$ 54,4 bilhões). Nesse sentido, a ocorrência de cenários diferenciados produzirá impactos, nesse exercício, apenas no processo de desindexação e alongamento da dívida pública.

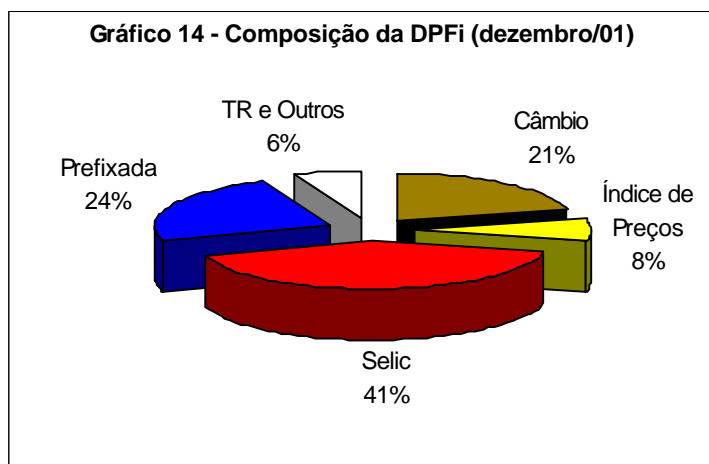
Estratégia Alternativa I : Cenário Otimista

A implementação da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional em um contexto de mercado financeiro menos volátil e com maior apetite ao risco viabilizaria ações mais efetivas em direção aos objetivos de longo prazo de alongamento e desindexação da dívida pública.

Do ponto de vista prático, a exemplo do observado na estratégia básica, as LTN de 24 meses seriam emitidas em mercado regularmente de fevereiro em diante. Títulos prefixados de 36 meses (NTN-F), por sua vez, teriam emissão prevista já a partir de março, planejando-se também ofertas de 60 meses no decorrer do segundo semestre, o que representaria importante marco na administração da dívida pública brasileira. Com relação às LFT, o prazo de emissão repetiria, em suas linhas gerais, a estratégia traçada no cenário básico.

Para as NTN-C, seria mantida a estratégia básica com relação às ofertas de 20 e 30 anos. Para os lotes regulares, contudo, a maturidade dos títulos poderia ser ampliada para algo em torno de 15 anos.

Por fim, cabe ressaltar que a presente estratégia traria como resultado, ao final de 2001, um resgate líquido de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no mercado doméstico de cerca de R\$ 44,6 bilhões. O estoque da DPFi em poder do público chegaria a R\$ 543,0 bilhões, enquanto seu prazo médio seria alongado para 43,2 meses, configurando-se, provavelmente, em dezembro de 2001, a seguinte composição por fator de remuneração:



Estratégia Alternativa II – Cenário Conservador

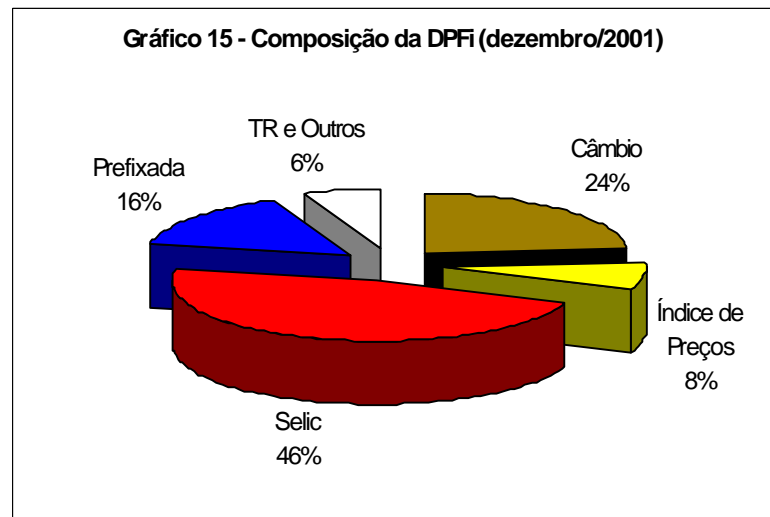
Em função de variáveis macroeconômicas menos favoráveis, estratégias de ampliação do prazo de emissão e de desindexação da dívida colocada em mercado por meio de oferta pública seriam conduzidas de forma bem mais moderada. Como consequência, os títulos prefixados seriam ofertados com maturidade máxima de 24 meses⁹, enquanto as LFT seriam emitidas regularmente ao longo de todo o exercício de 2001¹⁰.

Com relação às NTN-C, emissões eventuais com prazos de 20 e 30 anos não seriam interrompidas, havendo, contudo, redução nos volumes ofertados. Os lotes regulares, por sua vez, com vencimentos de até 10 anos no cenário básico, seriam oferecidos com uma maturidade máxima de 7 anos.

⁹ Na estratégia básica, o prazo de emissão dos títulos prefixados é alongado até 36 meses.

¹⁰ Na estratégia básica, não seriam emitidas LFT ao longo do quarto trimestre.

Como resultado, tal estratégia produziria um resgate líquido de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no mercado doméstico de aproximadamente R\$ 43,6 bilhões em 2001. O estoque e o prazo médio da DPFI chegariam, respectivamente, a R\$ 568,7 bilhões (crescimento de 11,4% em relação a dezembro/00) e 44,4 meses (29,8 em dezembro/00), ao tempo em que sua composição por fator de remuneração seria a seguinte¹¹ :



III.2.3 – Análise Comparativa

Uma vez definida a estratégia básica, variações em relação à mesma, dependerão em grande medida da evolução dos cenários macroeconômicos interno e externo. Contudo, diretrizes de redução da sensibilidade do estoque da dívida pública a flutuações de curto prazo das variáveis relevantes (risco de mercado), bem como de desconcentração de vencimentos no curto prazo (risco de refinanciamento), estarão sempre contempladas.

Especificamente, a aplicação da estratégia alternativa I (cenário otimista) produz, em comparação com a básica, resultados mais positivos em termos de aumento da participação de prefixados no estoque e alongamento do perfil da dívida. Contudo, tal estratégia depende de diversos fatores conjunturais que viabilizem a suspensão de ofertas de títulos remunerados à taxa média do Selic, já em meados do segundo semestre do ano, e a colocação de prefixados com prazo de até 60 meses.

A aplicação da estratégia básica, por sua vez, produziria significativos avanços em termos de perfil da dívida pública. Sob um cenário macroeconômico de tendência (mais provável), riscos

¹¹ Nesse ponto, ressalta-se que o maior prazo médio da dívida sob o contexto de estratégia alternativa II (44,4), em comparação com a básica (42,9), decorre de volume superior de emissões de LFT previsto, havendo, contudo, redução da duração da dívida.

de mercado e de refinanciamento são fortemente reduzidos pelo aumento da participação dos títulos prefixados (de 15% para 22%), pelo alongamento do prazo médio do estoque (de 29,8 meses para 42,9 meses) e pela redução do percentual de dívida vincenda nos próximos doze meses (de 42,4% para 27,1%).

A estratégia alternativa II (cenário conservador), por seu turno, é, dentre as três apresentadas, a mais modesta em termos de composição final da dívida, apresentando, todavia, prazo médio do estoque mais longo que o obtido com a implementação das estratégias básica e otimista. Tal fato, conforme explicado anteriormente, deve-se à previsão de um volume maior de emissões de LFT com prazo de maturação mais longo, principalmente em comparação com títulos prefixados.

Quadro 6 - Estratégias Alternativas (Resultados Comparados)

Indicadores	Dez.99	Dez.00	Dez.01		
			Altern.1 (Otimista)	Básica	Altern.2 (Conserv.)
Estoque DPFi em Mercado (R\$ bi)	441,4	510,7	543,0	548,4	568,7
Prazo Médio da DPFi (meses)	27,1	29,8	43,2	42,9	44,4
Duração da DPFi (meses)	9,4	10,7	21,2	20,3	18,0
% Vencendo em 12 meses	53,0	42,4	27,3	27,1	28,0
Participação no Estoque da DPFi					
Prefixado (%)	9,0	14,8	23,9	22,4	15,8
Selic (%)	57,0	52,2	40,8	41,6	46,5

A partir do quadro anterior, observa-se, em dezembro de 2001, aumento da duração e do prazo médio do estoque e redução do percentual da dívida vencendo nos próximos doze meses, em comparação com o fechamento dos dois anos anteriores, no contexto de qualquer uma das estratégias apresentadas. Nesse ponto, cabe-nos ressaltar a função importante exercida pelos títulos remunerados pela taxa Selic durante os últimos anos.

Considerando cenário de taxas de juros reais acima da expectativa para o longo prazo e de consolidação de novo regime cambial, um perfil de dívida pública mais concentrado em tais títulos justificava-se principalmente por dois aspectos. O primeiro refere-se ao fato de que, no contexto de restrita demanda do mercado por prefixados com maturação mais longa, o risco financeiro decorrente da pequena duração trazida por títulos remunerados pela taxa Selic tornava-se aceitável frente à desconcentração de vencimentos de curto prazo por eles proporcionada. O segundo aspecto refere-se ao custo menor de tais títulos em períodos de consolidação da estabilidade fiscal de longo prazo, quando não era pleno, por parte do mercado, o consenso em torno do tema.

Como descrito em capítulos anteriores, em função dos avanços recentemente alcançados pela economia brasileira e de expectativas de um cenário ainda mais positivo em 2001, o Tesouro Nacional tem encontrado espaço para ações mais efetivas de desindexação da dívida pública, concomitantemente à implementação de estratégias de alongamento de seu prazo médio. Dessa forma, e como pudemos observar no resultado das três estratégias, a dívida pública deverá, ao final do corrente exercício, estar menos vulnerável ao risco de mercado e, principalmente, ao risco de refinanciamento.

Por fim, cabe-nos esclarecer que o Plano Anual de Financiamento não pressupõe expressivas mudanças no quadro econômico doméstico e internacional. Contudo, sua eventual ocorrência poderá obrigar-nos a rever as estratégias então definidas. O Tesouro Nacional se compromete a informar ao mercado e ao público em geral caso seja necessário implementar alguma alteração significativa no plano ora apresentado.

IV – Volumes Indicativos de Emissão

Para definição dos volumes máximo, médio e mínimo a serem emitidos, consideramos por referência a estratégia básica, calculando o teto e o piso de emissão a partir do percentual de aproximadamente 20% em torno dos pontos médios para cada título por ela definidos. Tal percentual foi o que melhor se ajustou aos volumes propostos pelas estratégias otimista e conservadora, de modo a dar flexibilidade ao Tesouro Nacional para se ajustar a possíveis mudanças no cenário macroeconômico, as quais terão reflexo na condução da administração da dívida.

Quadro 7 - Banda de Flutuação para as Ofertas Públicas em 2001

		LTN / NTN-F TOTAL	LFT TOTAL	NTN-C TOTAL
1° trim.	Máximo	40.000	14.500	11.000
	Médio	33.000	12.000	9.000
	Mínimo	26.000	9.500	7.000
2° trim.	Máximo	52.000	19.000	5.500
	Médio	43.500	15.500	4.500
	Mínimo	35.000	12.000	3.500
3° trim.	Máximo	48.000	11.500	5.500
	Médio	40.000	9.500	4.500
	Mínimo	32.000	7.500	3.500
4° trim.	Máximo	38.500	2.000	3.500
	Médio	32.000	-	3.000
	Mínimo	25.500	-	2.500
Em 2001	Máximo	178.500	47.000	25.500
	Médio	148.500	37.000	21.000
	Mínimo	118.500	29.000	16.500

Cabe-nos ressaltar que, para análise do impacto das emissões em relação aos volumes vencidos em mercado, deve-se acrescer à maturação original prevista para 2001 (R\$ 201,8 bilhões) o valor de R\$ 16,4 bilhões, segundo a estratégia básica, relativo às LTN que deverão ser emitidas ao longo do ano e que vencem no próprio exercício.

Anexo I - Calendário de Eventos

O Tesouro Nacional, com o objetivo de conceder maior transparência aos eventos relacionados à administração da dívida de sua responsabilidade, traz, a seguir, a agenda prevista para o exercício de 2001:

(i) No âmbito da implementação de medidas referentes ao desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos, o Tesouro Nacional continuará a divulgar, **na última semana de cada mês, o cronograma de emissões para o mês seguinte;**

(ii) De forma a informar as características dos títulos a serem ofertados, bem como as condições gerais de realização dos leilões tradicionais, o Tesouro Nacional divulgará às **sextas-feiras**, após o fechamento do mercado, **a portaria de realização do leilão de títulos da semana seguinte;**

(iii) Os **leilões tradicionais** continuarão a ser realizados às **terças-feiras**, com emissão e liquidação financeira dos títulos às quartas-feiras. **Caso a data de emissão seja feriado**, a liquidação financeira deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior ao leilão;

(iv) Havendo a intenção, pelo Tesouro Nacional, de ofertar novos instrumentos de financiamento em mercado ou alongar prazos de títulos já emitidos regularmente, poderão ocorrer **leilões de oferta firme**. Tais eventos deverão se dar às **quintas-feiras**, sendo a primeira etapa na parte da manhã e a segunda etapa no período da tarde. A emissão e liquidação financeira dos títulos estão programadas para o dia seguinte (sextas-feiras);

(v) De forma a reduzir a concentração dos vencimentos de títulos sob sua responsabilidade, o Tesouro Nacional poderá realizar **leilões de compra** às **segundas-feiras**, com resgate às terças-feiras;

(vi) Tendo em vista as diretrizes de alongamento do prazo médio da dívida pública e de desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros, estão programados **leilões competitivos de títulos indexados a índice de preços (NTN-C)**. Tais eventos deverão ocorrer preferencialmente nos **dois últimos dias úteis de cada mês**, sendo no penúltimo dia útil do mês a realização da primeira etapa (moeda corrente) e no último dia útil a segunda etapa (troca por títulos em circulação no mercado). A emissão do título será no dia 1.º do mês subsequente e a liquidação financeira dar-se-á no primeiro dia útil do mês subsequente ao da realização do leilão;

(vii) De forma a disponibilizar informações a respeito da evolução da dívida pública federal interna – DPFI, será divulgada, **durante a terceira semana de cada mês**, a **Nota à Imprensa – Dívida Pública Federal interna** pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central; e

(viii) Com o intuito de fornecer, em linguagem acessível, informações a respeito dos principais eventos que, direta ou indiretamente, afetaram a administração da dívida pública, o Tesouro Nacional divulgará **trimestralmente, na primeira quinzena do mês seguinte a cada trimestre civil, o Informativo – Dívida Pública.**

Anexo II – Medidas de Aprimoramento do Mercado de Títulos

Ao longo do segundo semestre de 1999, o Tesouro Nacional e o Banco Central constituíram grupo de trabalho com o objetivo de traçar diagnóstico dos diversos problemas relacionados à dívida pública mobiliária e ao mercado aberto brasileiro.

A partir de então, concluiu-se ser necessária a reformulação de práticas adotadas e a introdução de novos instrumentos e procedimentos para a recuperação e a retomada do dinamismo do mercado de títulos públicos, de forma a viabilizar, do lado da demanda, aperfeiçoamentos, inovações e estratégias produzidos pelos gestores da DPFI. Nascia aí um conjunto de medidas, produtos e projetos direcionados aos mercados primário e secundário da dívida pública, cujo teor foi divulgado em 4 de novembro do mesmo ano.

Dentre as ações empreendidas, destacam-se as seguintes:

- Redução do número de vencimentos da dívida mobiliária federal interna;
- Concentração dos resgates de LTN para a primeira semana e de títulos pós-fixados (LFT e NBC-E, esse último a cargo do BACEN) para meados de cada mês;
- Utilização do mecanismo de reoferta: emissões sucessivas de títulos com datas de resgate coincidentes;
- Redução do número de ofertas públicas, inicialmente apenas às terças-feiras de cada semana;
- Divulgação prévia, pelo Tesouro Nacional, de cronograma mensal de emissões de títulos por meio de ofertas públicas;
- Ofertas públicas de títulos de prazo mais longo, com rentabilidade prefixada, após recebimento de pleito das instituições financeiras contendo proposta firme de compra;
- Realização de leilões de compra de títulos públicos;
- Divulgação periódica de Nota para a Imprensa, contendo informações e comentários sobre o mercado de títulos públicos e as condições de liquidez; e
- Reuniões periódicas com *dealers*, investidores institucionais, associações de classe e agências de *rating*.

Até o momento, em termos de reforço de liquidez no mercado secundário, os resultados das ações empreendidas têm sido significativos, podendo ser observados redução da quantidade de séries de títulos em mercado e aumento da concentração de vencimentos, fatos esses que deverão ocorrer também ao longo de 2001 (quadros 8 e 9):

Quadro 8 - Quantidade de Séries em Mercado

	LFT *	LTN	NTN-C
Out/1999	47	21	2 **
Dez/2000	49	12	3
Dez/2001	40	14	6

* Somente LFT emitidas em ofertas públicas

** Dados de Dezembro/1999

Observação: Valores de vencimentos válidos para a data de resgate dos títulos

Quadro 9 – Concentração por Vencimento
(R\$ bilhões)

	LFT	LTN	NTN-C
Out/1999	3,8	3,3	0,6
Dez/2000	5,1	6,7	2,9
Dez/2001	6,2	7,0	3,3

Paralelamente à continuidade das ações anteriormente citadas, o Tesouro Nacional vem buscando atingir novos nichos de mercado, principalmente no que se refere aos pontos mais longos das curvas prefixada e de índice de preços.

No que tange às NTN-C, com a oferta pública de 30 anos realizada ao final de 2000, estabeleceu-se importante marco na estrutura a termo de taxas de juros, sendo bastante provável que pontos intermediários na curva de índices de preços sejam bem aceitos principalmente por investidores institucionais.

Anexo III – Tabelas e Gráficos¹²

I-A – COMPOSIÇÃO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR RENTABILIDADE	34
I-B – COMPOSIÇÃO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR MODALIDADE	35
II-A – PRAZO MÉDIO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR RENTABILIDADE	36
II-B – PRAZO MÉDIO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR MODALIDADE	37
III – TÍTULOS FEDERAIS EM PODER DO PÚBLICO A VENCER EM 12 MESES – POR RENTABILIDADE	38
IV – PERCENTUAL DE EMISSÃO EM OFERTA PÚBLICA	39
V – PRAZO MÉDIO DAS EMISSÕES EM OFERTAS PÚBLICAS	40
VI – LEILÕES REALIZADOS – POR TÍTULO	41
VII – VOLUME DE TÍTULOS NEGOCIADOS EM MERCADO SECUNDÁRIO	44
VIII – DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL	45
IX – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL	46

¹² Outras informações, inclusive séries históricas, sobre Dívida Pública estão disponibilizadas na *home page* <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

I-A – COMPOSIÇÃO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR RENTABILIDADE

Em R\$ bilhões

Mês	Prefixados		Taxa SELIC		Índice de preços		Câmbio		TR		Outros		Total	
Dezembro/99	39,75	9,00%	251,68	57,02%	24,63	5,58%	100,71	22,82%	23,97	5,43%	0,67	0,15%	441,41	100,00%
Janeiro/00	42,80	9,45%	257,07	56,73%	24,73	5,46%	102,05	22,52%	25,69	5,67%	0,78	0,17%	453,13	100,00%
Fevereiro	47,29	10,35%	258,75	56,64%	25,64	5,61%	98,57	21,57%	25,86	5,66%	0,76	0,17%	456,86	100,00%
Março	56,68	12,21%	256,92	55,34%	25,79	5,56%	98,16	21,14%	25,96	5,59%	0,73	0,16%	464,25	100,00%
Abril	64,68	13,68%	253,50	53,60%	26,21	5,54%	101,51	21,46%	26,34	5,57%	0,71	0,15%	472,95	100,00%
Mai	61,27	12,58%	267,32	54,88%	26,72	5,48%	104,56	21,47%	26,56	5,45%	0,68	0,14%	487,10	100,00%
Junho	65,44	13,31%	268,90	54,68%	26,72	5,43%	103,65	21,08%	26,44	5,38%	0,66	0,13%	491,81	100,00%
Julho	68,62	13,86%	269,09	54,34%	27,77	5,61%	102,75	20,75%	26,38	5,33%	0,61	0,12%	495,21	100,00%
Agosto	72,56	14,69%	262,57	53,15%	28,50	5,77%	104,92	21,24%	24,87	5,03%	0,58	0,12%	494,00	100,00%
Setembro	77,43	15,40%	264,76	52,67%	28,93	5,76%	106,01	21,09%	24,97	4,97%	0,55	0,11%	502,65	100,00%
Outubro	79,59	15,70%	263,54	51,98%	29,59	5,84%	109,87	21,67%	24,00	4,73%	0,42	0,08%	507,00	100,00%
Novembro	74,54	14,70%	264,38	52,15%	29,85	5,89%	113,77	22,44%	24,01	4,74%	0,39	0,08%	506,93	100,00%
Dezembro/00	75,40	14,76%	266,81	52,24%	30,32	5,94%	113,74	22,27%	24,07	4,71%	0,36	0,07%	510,70	100,00%

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

Obs.: Valores apurados com base na posição de carteira avaliada pelo preço da curva de rentabilidade intrínseca dos títulos.

I-B – COMPOSIÇÃO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR MODALIDADE

Em R\$ bilhões

Mês	Tesouro Nacional						Banco Central				Total							
	Negociáveis				Inegociáveis		Negociáveis				Negociáveis				Inegociáveis		Total	
	Oferta Pública		Direta				Oferta Pública		Direta		Oferta Pública		Direta					
Dezembro/99	249,81	56,59%	114,15	25,86%	14,75	3,34%	62,05	14,06%	0,65	0,15%	311,87	70,65%	114,80	26,01%	14,75	3,34%	441,41	100,00%
Janeiro/00	256,98	56,71%	117,90	26,02%	14,82	3,27%	63,01	13,90%	0,42	0,09%	319,99	70,62%	118,32	26,11%	14,82	3,27%	453,13	100,00%
Fevereiro	262,97	57,56%	116,64	25,53%	14,91	3,26%	62,13	13,60%	0,21	0,05%	325,10	71,16%	116,85	25,58%	14,91	3,26%	456,86	100,00%
Março	271,95	58,58%	114,47	24,66%	15,00	3,23%	62,73	13,51%	0,10	0,02%	334,68	72,09%	114,57	24,68%	15,00	3,23%	464,25	100,00%
Abril	277,81	58,74%	113,65	24,03%	15,07	3,19%	66,41	14,04%	0,02	0,00%	344,21	72,78%	113,67	24,03%	15,07	3,19%	472,95	100,00%
Mai	276,55	56,77%	126,71	26,01%	15,44	3,17%	68,39	14,04%	0,02	0,00%	344,94	70,81%	126,72	26,02%	15,44	3,17%	487,10	100,00%
Junho	281,11	57,16%	125,10	25,44%	16,67	3,39%	68,93	14,02%	-	0,00%	350,04	71,17%	125,10	25,44%	16,67	3,39%	491,81	100,00%
Julho	284,54	57,46%	123,99	25,04%	16,92	3,42%	69,77	14,09%	-	0,00%	354,31	71,55%	123,99	25,04%	16,92	3,42%	495,21	100,00%
Agosto	281,51	56,99%	126,18	25,54%	14,75	2,99%	71,56	14,49%	-	0,00%	353,07	71,47%	126,18	25,54%	14,75	2,99%	494,00	100,00%
Setembro	288,18	57,33%	126,38	25,14%	14,80	2,94%	73,29	14,58%	-	0,00%	361,47	71,91%	126,38	25,14%	14,80	2,94%	502,65	100,00%
Outubro	289,79	57,16%	125,04	24,66%	14,87	2,93%	77,30	15,25%	-	0,00%	367,08	72,40%	125,04	24,66%	14,87	2,93%	507,00	100,00%
Novembro	283,78	55,98%	125,61	24,78%	14,99	2,96%	82,54	16,28%	-	0,00%	366,33	72,26%	125,61	24,78%	14,99	2,96%	506,93	100,00%
Dezembro/00	284,15	55,64%	125,79	24,63%	15,07	2,95%	85,69	16,78%	-	0,00%	369,84	72,42%	125,79	24,63%	15,07	2,95%	510,70	100,00%

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

Obs.: Valores apurados com base na posição de carteira avaliada pelo preço da curva de rentabilidade intrínseca dos títulos.

II-A – PRAZO MÉDIO DA DPFI EM PODER DO PÚBLICO – POR RENTABILIDADE

<i>Em meses</i>							
Mês	Prefixada	Taxa SELIC	Índice de Preços	Câmbio	TR	Outros	Total
Dezembro/99	2,00	19,88	63,02	24,71	118,58	11,27	27,13
Janeiro/00	2,53	19,28	62,88	24,35	111,78	12,72	26,45
Fevereiro	4,37	19,39	67,65	24,90	105,17	12,24	26,58
Março	5,79	20,70	61,42	25,06	109,52	11,76	27,02
Abril	6,38	21,58	60,12	25,22	109,60	11,34	27,30
Mai	5,94	24,25	60,33	26,39	108,56	10,78	28,97
Junho	5,05	25,07	60,02	25,83	108,66	10,31	28,94
Julho	4,96	25,61	60,84	25,54	106,77	10,17	29,02
Agosto	5,53	26,79	61,44	26,52	100,46	9,71	29,30
Setembro	5,31	26,54	61,10	27,20	99,96	9,33	29,02
Outubro	5,48	27,04	59,62	27,80	103,36	11,04	29,32
Novembro	5,56	27,51	58,94	27,94	102,66	10,97	29,78
Dezembro/00	5,15	27,61	59,11	28,50	101,82	11,04	29,85

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

II-B – PRAZO MÉDIO DA DPFi EM PODER DO PÚBLICO – POR MODALIDADE

Em meses

Mês	Tesouro Nacional			Banco Central		Total			Total
	Negociáveis		Inegociáveis	Negociáveis		Negociáveis		Inegociáveis	
	Oferta Pública	Direta		Oferta Pública	Direta.	Oferta Pública	Direta.		
Dezembro/99	8,27	68,35	95,34	11,26	1,57	8,87	67,97	95,34	27,13
Janeiro/00	7,82	66,66	94,88	11,32	1,08	8,51	66,42	94,88	26,45
Fevereiro	8,35	65,89	95,19	13,57	1,14	9,35	65,77	95,19	26,58
Março	9,74	66,26	94,97	14,11	0,79	10,56	66,21	94,97	27,02
Abril	10,91	65,98	94,56	14,42	1,63	11,59	65,97	94,56	27,30
Mai	12,15	65,04	93,74	15,50	0,53	12,82	65,03	93,74	28,97
Junho	12,71	64,90	90,66	14,96	0,00	13,15	64,90	90,66	28,94
Julho	12,94	65,15	93,62	14,70	0,00	13,29	65,15	93,62	29,02
Agosto	13,99	62,40	101,55	16,27	0,00	14,45	62,40	101,55	29,30
Setembro	13,73	62,41	100,65	17,13	0,00	14,42	62,41	100,65	29,02
Outubro	14,19	63,22	99,83	17,67	0,00	14,92	63,22	99,83	29,32
Novembro	15,05	62,90	98,65	17,49	0,00	15,60	62,90	98,65	29,78
Dezembro/00	15,36	62,54	98,42	17,81	0,00	15,93	62,54	98,42	29,85

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

III – TÍTULOS FEDERAIS EM PODER DO PÚBLICO A VENCER EM 12 MESES – POR RENTABILIDADE

Em R\$ bilhões

Mês	Prefixada		Taxa Selic		Índice de preços		Câmbio		TR		Outros		Total	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Dezembro/99	39,75	100,00%	97,88	38,89%	0,36	1,47%	46,91	46,58%	0,91	3,78%	0,02	3,34%	234,00	53,01%
Janeiro/00	42,80	100,00%	109,04	42,42%	0,37	1,49%	47,63	46,68%	1,48	5,74%	0,10	12,23%	242,82	53,59%
Fevereiro	47,29	100,00%	138,74	53,62%	0,36	1,41%	47,40	48,09%	1,49	5,77%	0,10	12,70%	235,37	51,52%
Março	51,22	90,37%	115,33	44,89%	0,36	1,41%	47,41	48,30%	1,50	5,78%	0,10	13,22%	215,92	46,51%
Abril	62,18	96,13%	99,51	39,25%	0,46	1,75%	48,99	48,26%	1,51	5,74%	0,10	13,79%	212,74	44,98%
Mai	61,27	100,00%	104,26	39,00%	0,43	1,62%	45,33	43,35%	1,53	5,74%	0,48	70,81%	213,29	43,79%
Junho	65,44	100,00%	108,36	40,30%	1,59	5,95%	48,11	46,41%	1,54	5,82%	0,46	69,37%	225,48	45,85%
Julho	66,08	96,30%	120,07	44,62%	1,61	5,80%	48,60	47,30%	1,55	5,89%	0,43	69,95%	238,34	48,13%
Agosto	69,61	95,93%	112,99	43,03%	1,66	5,81%	48,69	46,41%	1,57	6,31%	0,40	68,31%	234,90	47,55%
Setembro	70,22	90,69%	114,91	43,40%	1,67	5,78%	49,03	46,25%	1,58	6,34%	0,37	66,38%	237,78	47,31%
Outubro	74,15	93,17%	106,06	40,25%	1,68	5,66%	49,87	45,39%	1,31	5,44%	0,30	71,82%	233,36	46,03%
Novembro	66,50	89,21%	99,20	37,52%	1,52	5,09%	49,72	43,70%	1,31	5,45%	0,27	69,25%	218,51	43,10%
Dezembro	72,95	96,75%	95,12	35,65%	1,53	5,04%	45,12	39,67%	1,31	5,45%	0,24	66,47%	216,27	42,35%
Janeiro/01	64,57	87,16%	84,05	31,90%	1,55	4,35%	43,08	37,35%	1,32	5,47%	0,21	65,83%	194,77	37,97%

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

Valores apurados com base na posição de carteira avaliada pelo preço da curva de rentabilidade intrínseca dos títulos.

Percentual em relação ao total dos títulos a vencer com o mesmo tipo de rentabilidade.

IV – PERCENTUAL DE EMISSÃO EM OFERTA PÚBLICA

	LTN			LFT					NTN-C		
	6 MESES	12 MESES	24 MESES	12 MESES	18 MESES	24 MESES	36 MESES	48 MESES	36 MESES	60 MESES	84 MESES
Janeiro/00	68,41%	23,57%	8,02%	100%	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	77,55%	22,45%	-	-	100%	-	-	-	55,76%	-	44,24%
Março	69,85%	30,15%	-	-	-	100,00%	-	-	61,86%	-	38,14%
Abril	51,60%	48,40%	-	-	-	-	100,00%	-	74,70%	-	25,30%
Mai	51,87%	48,13%	-	-	-	-	100,00%	-	-	-	-
Junho	88,06%	11,94%	-	-	-	-	100,00%	-	-	-	-
Julho	61,89%	38,11%	-	-	-	-	100,00%	-	-	100,00%	-
Agosto	52,05%	47,95%	-	-	-	-	100,00%	-	-	100,00%	-
Setembro	49,63%	45,88%	4,49%	-	-	-	100,00%	-	-	100,00%	-
Outubro	47,44%	52,56%	-	-	-	-	85,67%	14,33%	-	100,00%	-
Novembro	52,11%	47,89%	-	-	-	-	-	100,00%	-	100,00%	-
Dezembro/00	52,86%	47,14%	-	-	-	-	-	100,00%	-	100,00%	-

FONTE: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

V – PRAZO MÉDIO DAS EMISSÕES EM OFERTAS PÚBLICAS

<i>Em meses</i>					
Mês	LTN	LFT	NBCE	NTN-C	Total
Dezembro/99	4,12	12,13	22,48	50,35	12,25
Janeiro	4,58	12,13	31,75	-	9,49
Fevereiro	8,23	18,57	36,76	53,91	17,69
Março	9,20	24,44	41,93	49,93	19,67
Abril	9,82	36,70	48,37	43,08	24,98
Mai	9,59	37,14	26,94	-	31,53
Junho	6,98	37,59	25,84	-	29,25
Julho	8,48	37,85	36,97	60,80	24,78
Agosto	9,40	37,98	45,25	59,83	24,79
Setembro	10,34	37,50	47,23	58,80	26,08
Outubro	11,14	39,30	52,03	57,80	28,53
Novembro	9,67	48,47	24,83	56,77	29,80
Dezembro/00	9,73	48,81	27,59	55,77	30,31

FONTES: TESOURO NACIONAL e BANCO CENTRAL

VI – LEILÕES REALIZADOS – POR TÍTULO

(continua na próxima página)

Prazo de Emissão	4/1/00	11/1/00	18/1/00	21/1/00	24/1/00	1/2/00	8/2/00	15/2/00	22/2/00	29/2/00	9/3/00	14/3/00	21/3/00	28/3/00	4/4/00	11/4/00	18/4/00	25/4/00	2/5/00	9/5/00	
LTN 3 MESES																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	2.000	2.500	3.000	-	3.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	2.000	2.500	3.000	-	3.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	1.918	2.390	2.871	-	3.351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	20,07%	19,68%	19,24%	-	19,32%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	20,10%	19,72%	19,31%	-	19,33%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	84	63	63	-	91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN 6 MESES																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	1.000	1.500	-	1.500	4.000	3.500	3.000	4.000	3.000	1.500	3.500	3.000	3.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.500	500
Volume Vendido (em mil títulos)	-	1.000	1.500	-	1.500	4.000	3.500	3.000	4.000	3.000	1.500	3.500	3.000	3.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.500	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	901	1.361	-	1.366	3.594	3.170	2.675	3.585	2.700	1.338	3.132	2.701	2.683	1.794	1.793	1.786	1.790	1.347	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	20,68%	19,90%	-	19,91%	20,44%	19,52%	19,94%	19,61%	19,54%	19,26%	19,10%	18,63%	18,23%	18,29%	19,00%	19,78%	19,89%	19,84%	20,76%	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	20,72%	19,97%	-	19,95%	20,55%	19,54%	19,96%	19,63%	19,55%	19,27%	19,15%	18,65%	18,24%	18,33%	19,04%	19,82%	19,92%	19,90%	20,80%	-
Prazo (em dias)	-	203	196	-	189	210	203	231	224	217	236	231	224	245	238	231	231	224	217	210	-
LTN 12 MESES																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	1.500	-	1.000	1.000	1.000	1.500	1.000	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	1.500	3.000	1.500	500	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	1.500	-	1.000	1.000	1.000	1.500	1.000	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	1.500	3.000	1.500	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	1.234	-	828	838	839	1.266	821	827	1.245	1.258	1.267	1.271	1.690	1.263	2.496	1.250	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	21,18%	-	21,12%	20,03%	20,35%	20,00%	19,91%	19,65%	19,44%	18,65%	18,21%	18,28%	19,03%	19,83%	20,13%	20,29%	21,68%	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	21,24%	-	21,14%	20,05%	20,38%	20,02%	20,06%	19,69%	19,46%	18,67%	18,22%	18,38%	19,04%	19,88%	20,19%	20,31%	21,72%	-
Prazo (em dias)	-	-	-	373	-	364	357	350	343	399	390	385	378	371	364	357	350	371	364	357	-
LTN 18 MESES																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN 24 MESES																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT																					
Volume Ofertado (em mil títulos)	2.000	2.500	2.000	-	2.000	2.000	3.500	3.000	3.500	4.000	4.500	4.000	3.500	4.000	2.500	3.500	2.500	2.500	3.500	3.000	-
Volume Vendido (em mil títulos)	2.000	2.500	2.000	-	2.000	2.000	3.500	3.000	3.500	4.000	4.500	4.000	3.500	4.000	2.500	3.500	2.500	2.500	3.500	3.000	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	1.996	2.496	1.998	-	1.999	2.000	3.499	2.999	3.499	3.999	4.499	3.999	3.499	3.999	2.499	3.499	2.499	2.499	3.498	2.998	-
Rentabilidade Média (ao ano)	0,20%	0,18%	0,11%	-	0,04%	0,01%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,01%	0,02%	0,02%	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	0,21%	0,18%	0,11%	-	0,05%	0,02%	0,04%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	-
Prazo (em meses)	12	12	12	-	12	18	18	18	18	24	24	24	24	24	36	36	36	36	36	36	-
TOTAL																					

Fonte: STN e BACEN

Obs.: A rentabilidade corresponde à taxa efetiva

VI – LEILÕES REALIZADOS – POR TÍTULO (continuação)

(continua na próxima página)

Prazo de Emissão	16/5/00	23/5/00	30/5/00	6/6/00	13/6/00	20/6/00	27/6/00	4/7/00	11/7/00	18/7/00	25/7/00	1/8/00	8/8/00	15/8/00	22/8/00	29/8/00	31/8/00	5/9/00	12/9/00	19/9/00
LTN 3 MESES																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN 6 MESES																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	1.000	1.500	1.000	2.500	1.500	500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	-	1.500	1.500	1.000
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	1.000	1.500	1.000	2.500	1.500	500	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	-	1.500	1.500	1.000
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	908	1.370	918	2.306	1.370	458	1.382	1.370	1.377	1.384	1.388	1.855	-	1.395	1.362	909
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	19,35%	18,70%	18,08%	17,86%	17,90%	17,86%	17,39%	17,45%	17,01%	16,53%	16,62%	16,86%	-	16,84%	16,90%	17,25%
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	19,38%	18,71%	18,09%	17,89%	17,95%	17,86%	17,39%	17,46%	17,03%	16,55%	16,63%	16,88%	-	16,85%	16,92%	17,26%
Prazo (em dias)	-	-	-	-	203	196	189	182	203	196	189	210	203	196	189	182	-	175	231	224
LTN 12 MESES																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	500	1.000	1.500	500	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	-	1.500	1.500	1.000
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	500	1.000	1.500	500	1.000	1.500	1.500	1.500	1.500	2.000	-	1.500	1.500	1.000
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	434	872	1.256	420	848	1.274	1.282	1.293	1.268	1.683	-	1.267	1.272	847
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	18,67%	18,42%	18,46%	18,44%	17,80%	17,96%	17,80%	16,92%	17,10%	17,25%	-	17,16%	17,08%	17,52%
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	18,69%	18,44%	18,50%	18,47%	17,82%	17,97%	17,62%	16,94%	17,12%	17,28%	-	17,18%	17,10%	17,55%
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	308	301	385	378	371	364	357	350	406	399	-	392	385	378
LTN 18 MESES																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN 24 MESES																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	373	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,56%	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,58%	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	670	-	-
LFT																				
Volume Ofertado (em mil títulos)	5.000	2.000	2.000	4.500	2.500	2.500	1.000	1.500	3.500	1.500	2.000	3.500	2.000	-	-	2.500	-	1.000	1.000	1.000
Volume Vendido (em mil títulos)	5.000	2.000	2.000	4.500	2.500	2.500	1.000	1.500	3.500	1.500	2.000	3.500	2.000	-	-	2.500	-	1.000	1.000	1.000
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	4.997	1.997	1.996	3.489	2.492	2.489	997	1.496	3.493	1.497	1.996	3.540	2.027	-	-	2.495	-	1.027	1.030	1.030
Rentabilidade Média (ao ano)	0,02%	0,04%	0,06%	0,08%	0,10%	0,14%	0,10%	0,09%	0,06%	0,06%	0,06%	0,08%	0,11%	-	-	0,06%	-	0,05%	0,05%	0,05%
Rentabilidade Máxima (ao ano)	0,03%	0,05%	0,07%	0,10%	0,13%	0,15%	0,12%	0,10%	0,07%	0,07%	0,07%	0,15%	0,13%	-	-	0,07%	-	0,06%	0,06%	0,06%
Prazo (em meses)	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	-	-	36	-	36	36	36
TOTAL																				

Fonte: Tesouro Nacional e BACEN

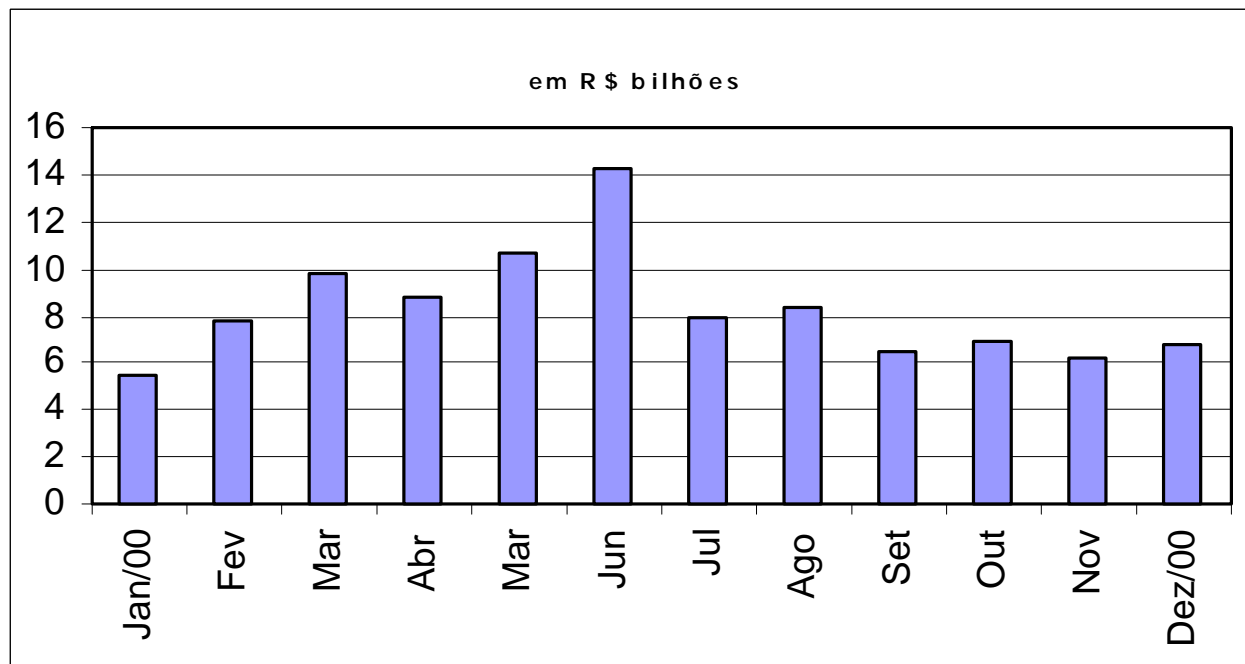
Obs.: A rentabilidade corresponde à taxa efetiva

VI – LEILÕES REALIZADOS – POR TÍTULO (continuação)

Prazo de Emissão	26/9/00	3/10/00	10/10/00	17/10/00	24/10/00	31/10/00	7/11/00	14/11/00	21/11/00	28/11/00	5/12/00	12/12/00	19/12/00	2/1/01	9/1/01	16/1/01	23/1/01	30/1/01	
LTN 3 MESES																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN 6 MESES																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	500	2.500	1.500	1.000	-	1.000	500	-	500	1.000	1.000	500	1.000	2.000	-	-	-	-	
Volume Vendido (em mil títulos)	500	2.500	1.500	1.000	-	1.000	500	-	500	1.000	1.000	500	1.000	2.000	-	-	-	-	
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	457	2.256	1.358	907	-	911	455	-	459	918	911	459	922	1.856	-	-	-	-	
Rentabilidade Média (ao ano)	16,96%	16,91%	16,83%	17,06%	-	17,42%	18,18%	-	17,27%	18,12%	17,74%	16,99%	16,64%	16,16%	-	-	-	-	
Rentabilidade Máxima (ao ano)	16,97%	16,92%	16,83%	17,09%	-	17,43%	18,35%	-	17,27%	18,14%	17,75%	16,99%	16,69%	16,18%	-	-	-	-	
Prazo (em dias)	217	245	238	231	-	217	210	-	196	189	210	203	196	182	-	-	-	-	
LTN 12 MESES																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	500	2.500	1.500	1.000	1.000	1.000	500	-	500	1.000	1.000	500	1.000	2.000	1.500	1.000	1.000	3.000	
Volume Vendido (em mil títulos)	500	2.500	1.500	1.000	1.000	1.000	500	-	500	1.000	928	500	1.000	2.000	1.500	1.000	1.000	3.000	
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	426	2.082	1.254	836	836	838	417	-	423	843	775	421	849	1.711	1.293	854	860	2.595	
Rentabilidade Média (ao ano)	17,22%	17,16%	17,11%	17,32%	17,64%	17,77%	18,60%	-	17,72%	18,44%	18,21%	17,55%	17,10%	16,68%	16,20%	16,23%	15,77%	15,45%	
Rentabilidade Máxima (ao ano)	17,23%	17,17%	17,12%	17,36%	17,66%	17,79%	18,64%	-	17,72%	18,53%	18,25%	17,57%	17,11%	16,72%	16,21%	16,24%	15,78%	15,49%	
Prazo (em dias)	371	427	420	413	406	399	392	-	378	371	399	392	385	371	364	385	378	371	
LTN 18 MESES																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	1.000	2.000	
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	1.000	2.000	
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800	803	810	1.631	
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,47%	16,40%	15,92%	15,61%	
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16,48%	16,42%	15,95%	15,62%	
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	539	532	525	518	
LTN 24 MESES																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Volume Vendido (em mil títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade Média (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rentabilidade Máxima (ao ano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prazo (em dias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
LFI																			
Volume Ofertado (em mil títulos)	500	2.000	1.000	3.000	1.000	2.500	1.000	500	500	2.000	2.000	2.000	1.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.000	
Volume Vendido (em mil títulos)	500	2.000	1.000	3.000	1.000	2.445	874	500	500	2.000	2.000	2.000	1.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.000	
Valor Financeiro Arrecadado (em R\$ milhões)	518	2.079	1.042	3.137	1.047	2.578	878	528	529	2.123	2.128	2.134	1.070	2.150	2.150	2.164	2.169	1.086	
Rentabilidade Média (ao ano)	0,05%	0,06%	0,06%	0,04%	0,07%	0,09%	0,11%	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,09%	0,08%	0,05%	
Rentabilidade Máxima (ao ano)	0,05%	0,07%	0,06%	0,06%	0,08%	0,11%	0,13%	0,10%	0,09%	0,09%	0,00%	0,12%	0,11%	0,11%	0,10%	0,09%	0,08%	0,05%	
Prazo (em meses)	36	36	36	36	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	60	60	
TOTAL																			

Fonte: Tesouro Nacional e BACEN

Obs.: A rentabilidade corresponde à taxa efetiva

VII – VOLUME DE TÍTULOS NEGOCIADOS EM MERCADO SECUNDÁRIO

VIII – DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/1999	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2000
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	60.665,6	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8
Brazil Investment Bond (BIB)	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7
Par Bond (PB)	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2
Discount Bond (DB)	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5
New Money Bond (NMB)	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5
Eligible Interest (EI)	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	28.519,0	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5
Deutch Mark Bond (DM Bond)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Samurai	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5
Bônus Caravela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Eurosterling	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6
Bônus Marco Alemão 2007	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	937,7
Bônus Parallel Franco	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2
Bônus Parallel Florim	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6
Bônus Parallel Xelim	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1
Bônus Global 2027	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9
Bônus Eurolira	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9
Bônus Eurosterling 2007	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7
Bônus Euro 2003	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9
Bônus Global 2008	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8
Bônus Marco Alemão 2008	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3
Bônus Global 2004	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2
Bônus Euro 2002	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4
Bônus Euro 2004	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9
Bônus Global 2009	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8
Bônus Euro 2006	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2
Bônus Euro 2001	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0
Bônus Global 2020	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4
Bônus Euro 2010	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Bônus Global 2030	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6
Bônus Samurai 2003	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Bônus Global 2007	-	-	-	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3
Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(4.495,7)	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)	(4.589,5)	(4.674,9)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7
IV. DISPONÍVEL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(823,3)	(807,9)	(785,9)	(812,5)	(824,3)	(835,8)	(849,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)	(986,3)	(938,2)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	116.769,1	117.485,0	115.822,3	116.724,6	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,2%	12,1%	11,7%	11,7%	12,5%	12,5%	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,5%	12,7%	12,8%

Fonte: STN

Obs: Dados sujeitos a alteração.

IX – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

R\$ milhões

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 2000
I. RECEITA TOTAL	18.501,3	17.152,1	20.219,9	19.120,1	19.316,7	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	236.516,8
I.1. Receitas do Tesouro	14.555,3	13.069,1	15.886,6	14.950,7	14.944,5	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	180.801,7
I.1.1 Receita Bruta	15.159,4	13.305,5	16.239,1	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	188.501,2
- Impostos	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	87.142,0
- Contribuições	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	81.489,1
- Demais	1.127,6	883,0	1.237,2	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	19.870,2
I.1.2. (-) Restituições	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(6.704,4)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(995,1)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.946,0	4.083,1	4.333,3	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	55.715,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.377,5	3.185,1	3.412,3	3.382,2	3.446,3	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	40.283,1
II.1. Transferências Constitucionais	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	31.151,6
II.2. Lei Complementar 87/96	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	3.816,1
II.3. Demais	390,7	370,7	421,9	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	5.315,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.123,8	13.967,1	16.807,6	15.737,9	15.870,4	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	196.233,7
IV. DESPESA TOTAL	13.597,4	12.412,0	12.734,3	11.742,0	12.903,7	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.057,4	23.852,5	174.603,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.407,9	4.282,3	4.196,2	4.062,0	4.194,0	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	55.629,8
IV.1.1. INSS	272,2	268,6	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	3.275,2
IV.1.2. Demais	5.135,7	4.013,7	3.962,2	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	52.354,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.671,8	4.670,7	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	65.787,1
IV.3. Custeio e Capital	3.517,7	3.459,0	3.756,7	2.869,3	3.714,3	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.730,7	7.411,9	53.186,2
IV.3.1. Despesa do FAT	315,0	436,9	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	5.491,1
- Abono e Seguro Desemprego	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	4.636,1
- Demais Despesas do FAT	23,4	46,1	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	855,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	24,7	101,1	267,3	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	195,0	380,2	3.638,3
- Operações Oficiais de Crédito	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	2.918,7
- Subvenções aos Fundos Regionais	2,0	52,9	83,9	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	71,8	51,0	719,6
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.178,0	2.921,0	2.835,9	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	44.056,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.526,4	1.555,1	4.073,3	3.995,9	2.966,7	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.366,6	(1.852,7)	21.630,6
V.1. Tesouro Nacional	2.252,2	2.142,7	4.521,3	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.734,8	192,1	31.702,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(725,8)	(587,6)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(10.071,9)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,1)	(62,0)	(49,2)	(43,0)	(82,2)	59,8	(55,2)	(24,2)	0,3	(45,7)	(26,1)	(106,8)	(477,4)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.483,2	1.493,1	4.024,1	3.952,9	2.884,5	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.340,5	(1.959,5)	21.153,3
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(338,2)	888,6	927,9	(1.783,8)	305,2	151,3	37,0	1.379,9	142,9	(2.510,8)	694,2	(613,5)	(719,3)
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.145,0	2.381,7	4.952,0	2.169,1	3.189,7	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	(1.481,3)	2.034,7	(2.572,9)	20.434,0
X. JUROS NOMINAIS (3)	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,4)	(7.998,9)	(6.330,2)	(3.102,5)	(54.929,7)
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(1.740,7)	(980,7)	2.015,2	(4.750,3)	(3.358,7)	(1.490,4)	(2.285,2)	(1.295,8)	(1.157,9)	(9.480,2)	(4.295,5)	(5.675,4)	(34.495,7)

Fonte: STN - Obs. Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil